

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

MARIA ALCIONE PEREIRA TELES

**PROJOVEM URBANO NA REGIÃO NORTE II: A VISÃO DOS
PROFESSORES SOBRE O SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO**

**MANAUS
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0077/2011**

**PROJOVEM URBANO NA REGIÃO NORTE II: A VISÃO DOS
PROFESSORES SOBRE O SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO**

Bolsista: Maria Alcione Pereira Teles

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Bonfim Fernandez

Órgão Financiador: CNPQ

**MANAUS
2012**

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao **Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia** – GETRA e aos seus autores. Parte desse relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa está vinculada ao **Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia** – GETRA vinculado ao CNPQ desde 2001 e se caracteriza como um subprojeto da Pesquisa “O Desenho do Programa Projovem Urbano no Estado do Amazonas (2009-2010)”

RESUMO

A juventude brasileira entrou na agenda do governo em nível federal, estadual e municipal a partir dos anos 80 e 90 se consolidando, sobretudo, em 2005 com a criação da Política Nacional de Juventude que agrupou diversos programas setoriais, dentre os quais podemos pontuar o Programa Projovem Urbano com seu currículo integrado que se propõe a contemplar três necessidades humanas que afetam em especial este segmento, a saber: a Escolarização, a Qualificação e a Participação. Neste sentido, esta pesquisa analisou a visão dos professores do Projovem Urbano na região norte II sobre o processo de vivência no programa no período de 2009 a 2010, a fim de identificar se o uso do material didático atende a proposta de articulação dos eixos previstos. Para alcançar o objetivo maior, foram traçados os seguintes objetivos específicos. 1) Identificar como são trabalhados os conteúdos, as unidades e os temas integradores na Formação Básica. 2) Conhecer a relação entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica. 3) Investigar a relação do trabalho pedagógico da Participação Cidadã com a Formação Básica. Para tanto, foi utilizado material empírico já coletado por meio da realização de grupo focal com professores, nos municípios de Itacoatiara, Parintins (AM), Boa Vista (RO) e Rio Branco. Abrangendo um quantitativo de 38 professores, sendo 8 em Parintins, 10 Itacoatiara, 10 em Rio Branco e 10 no Acre. Os referidos dados estão disponíveis no Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA), ao qual este projeto está vinculado. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, cuja técnica utilizada para análise dos depoimentos foi análise de conteúdo na qual a pesquisadora se apropriou das transcrições das falas dos professores do PJU considerando o uso dos materiais didáticos do programa por estes profissionais. Quanto aos resultados da pesquisa o eixo de Ensino- Aprendizagem revelou que os conteúdos, as unidades com seus temas integradores embora represente certa dificuldade para os alunos, são trabalhados buscando a interdisciplinaridade proposta pelo Programa ProJovem Urbano. No que tange a Qualificação Profissional as falas revelaram forte relação, entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica durante o desenvolvimento das atividades de Formação Técnica Geral, o fator negativo foi atribuído à falta de adequação do material didático a realidade regional e educacional do aluno. No que diz respeito à Participação Cidadã as falas foram unânimes ao revelar que em todos os momentos de desenvolvimento das atividades teóricas e práticas foi vislumbrada a relação entre o trabalho pedagógico da Participação Cidadã e a Formação Básica. Todavia, foram encontradas dificuldades em construir e efetivar o Plano de Ação Comunitária, devido à falta de compreensão dos textos e do domínio de conteúdos básicos de matemática e português pelos alunos.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Juventude, Projovem Urbano.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Argumentos sobre a importância do Tema Juventude	19
Quadro 02	Marcos históricos na criação de Políticas de juventude no mundo	28
Quadro 03	Marcos históricos na criação de Políticas de juventude no Brasil	32
Quadro 04	Projovem Integrado - critérios, benefícios oferecidos, abrangência e posição de atendimento.	42
Quadro 05	Unidades Formativas e Temas Integradores do PJU	47
Quadro 06	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	69
Quadro 07	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	72
Quadro 08	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	73
Quadro 09	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	75
Quadro 10	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	76
Quadro 11	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	78
Quadro 12	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	79
Quadro 13	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	81
Quadro 14	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	81
Quadro 15	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	85
Quadro 16	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	87
Quadro 17	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	90
Quadro 17	Discurso dos Professores do ProJovem Urbano	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Paradigma educacional	44
Figura 02	Eixos Estruturantes do Currículo do ProJovem Urbano	45
Figura 03	Dimensões da Qualificação Profissional	46
Figura 04	Dimensões da Participação Cidadã	46
Figura 05	Quantitativo de Jovens por municípios no Amazonas	48
Figura 06	SMA/UFAM – Região Norte	49
Figura 07	Integração dos Conteúdos/Temas Integradores	67
Figura 08	Sequência do Material Didático	69
Figura 09	Sequência do Material Didático	75
Figura 10	Sequência do material Didático	80
Figura 11	Relação entre a Qualificação Profissional e a Formação Básica	85
Figura 12	Relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica	90

LISTA DE SIGLA

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
GNU	Guia das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica do Município
OIJ	Organização Ibero – Americana de Juventude
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJU	Programa ProJovem Urbano
PL	Projeto de Lei
PNJ	Política Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
PPI	Projeto Pedagógico Integrado
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PENAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
PPJs	Políticas Públicas de Juventude
SGPR	Secretaria - Geral da Presidência da República
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. Fundamentação Teórica.....	12
1.1. Juventude em questão.....	12
1.2. Juventude, juventudes? Definições e conceitos.....	20
1.3. Histórico das Políticas Públicas de Juventude.....	25
1.4. Política Pública de Juventude no Brasil: trajetória em Construção.....	30
1.5. Política Nacional de Juventude: desafios e conquistas.....	34
1.6. Principais Programas de Juventude criados no Brasil a partir da Política Nacional de Juventude.....	37
2. ProJovem Urbano: uma resposta a Juventude.....	40
2.1.. O Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano: PPI.....	41
2.2. Programa ProJovem Urbano no Amazonas.....	48
2.3. Formação Básica e a Juventude brasileira.....	49
2.4. Qualificação Profissional e a Juventude brasileira.....	55
2.5. Participação Cidadã e a Juventude brasileira.....	59
3. A visão dos professores sobre a sua vivência no Programa ProJovem Urbano na Região Norte II.....	64
3.1. O Currículo Integrado do ProJovem Urbano.....	64
3.2. Análise dos Dados: a visão do professor do ProJovem Urbano.....	68
3.3. O Ensino – Aprendizagem.....	68
3.4. A Qualificação Profissional e a Formação Básica.....	83
3.5. Participação Cidadã e Formação Básica.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
CRONOGRAMA.....	104

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa “O ProJovem Urbano na Região Norte II: a visão dos professores sobre o seu processo de implementação”, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade Federal do Amazonas. É importante ressaltar que a análise foi realizada com materiais empíricos já coletados por meio da realização de grupo focal com professores, nos municípios de Itacoatiara, Parintins (AM), Boa Vista (RO) e Rio Branco. A escolha deste objeto está vinculada as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia – GETRA do qual sou integrante, incluindo o Projeto de Iniciação Científica já concluído intitulado “O ProJovem Urbano no Amazonas: a visão do aluno a respeito de sua vivência no Programa”.

O tema juventude ganhou visibilidade, a partir de levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) a cerca da condição de vida dos jovens em todo mundo, revelando um quadro de profundas desigualdades e negação de direitos em que se encontravam, sobretudo, nos países subdesenvolvidos caso do Brasil, chamando a responsabilidades dos governos para a criação de agendas específicas para atender as demandas deste segmento. (Silva, 2009).

No Brasil diversos esforços vêm sendo realizados nas duas últimas décadas que correspondem a movimentos e ações de organismos da sociedade civil e de governos nas esferas, estadual, municipal e federal para garantir direitos sociais à população jovem em situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido, a criação de uma agenda pública para este segmento no Brasil é recente, de um lado, fruto de desdobramentos da conjuntura econômica, política e social, principalmente engendrada por fatores relacionados a comportamentos violentos envolvendo jovens das periferias das grandes cidades, tido como um problema para a sociedade brasileira que precisava ser contido, do outro, em função da visibilidade que passou a ter na cena pública através da maciça participação no movimento de redemocratização pelo qual passou o Brasil, que resultou na visibilidade deste segmento por agências multilaterais e organizações não-governamentais que elegeram os jovens como alvos de suas ações no decorrer dos últimos anos. (Sposito, 2008).

Neste sentido, segundo Frezza (2009) nos últimos anos do século XX no Brasil, tem crescido consideravelmente o investimento em programas e políticas públicas de juventude, voltados para atender demandas específicas deste segmento, com vistas a instituir projetos que de forma geral objetivam diminuir o ciclo de reprodução de desigualdades enfrentadas pelos jovens e promover sua inserção na ordem social vigente, de forma que lhe seja garantido o direito ao acesso a saúde, educação a qualificação para o mercado de trabalho dentre outros.

Fator este, percebido principalmente na última década descreve Andrade (2010), uma vez que a juventude passou a receber atenção diferenciada por parte dos governos estaduais, municipais e federais no campo das políticas públicas, sobretudo em 2005 com a criação de uma agenda específica com ações em nível nacional para atender as demandas da juventude e a organização de arranjos institucionais, que engendraram na criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), e os programas específicos para jovens, os chamados programas de inclusão social, dentre estes se encontra o lócus desta investigação que a princípio era chamado Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos (ProJovem), ainda na sua fase inicial, carro chefe da Política Nacional de Juventude (PNJ), passando em setembro de 2007 a se chamar ProJovem Integrado. Estando este no leque dos programas de transferência de renda criados para diminuir as disparidades e proporcionar a este segmento populacional a oportunidades de retorno ao âmbito educacional para o desenvolvimento de sua cidadania e entrada no mercado de trabalho, por meio da profissionalização,

Vale ressaltar que os programas voltados aos jovens podem apresentar diferentes noções que informam os conceitos de "juventude" mais diversos. Alguns programas partem de noções mais atuais e emancipadoras, que identificam e tratam os jovens como sujeitos de direitos; já outros programas partem de noções mais tradicionais, em que predominam perspectivas tutoriais e subordinadoras de tratamento. Em seu relacionamento cotidiano com o Estado, os jovens defrontam-se com essa multiplicidade de conceitos de "juventude", o que não é saudável e só reforça a necessidade de maior integração das políticas. (Leon, 2009).

Esta investigação partiu da compressão de que a juventude é plural, tem significados distintos e diferentes extratos socioeconômicos, vividos de maneira heterogênea, determinadas diretamente pela condição social, lugar de moradia e experiências vivenciadas, são conceitos que veem sendo construído histórico e socialmente acompanhando a dinâmica societária. Conceitos estes, que devem ser considerados no momento de se pensar uma política pública de juventude na contemporaneidade. (Novaes, 2009).

Isto posto, e partir do reconhecimento por parte de organismos internacionais, nacionais, sociedade e Estado das dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira, deu-se início no Brasil a um conjunto de ações, programas e políticas públicas de juventudes em resposta ao enfrentamento de situações diagnosticadas como problema para este segmento, dentre tais ações destaca-se o Projovem Urbano lócus desta pesquisa, como sendo uma política (programa) de juventude que se orienta para influir nos processos de socialização dos jovens. Um Programa de Inclusão de Jovens que integra três pilares: a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa faz-se necessária para conhecer a visão do professor, por meio das falas colhidas junto aos grupos focais, no que concerne a implementação do programa, privilegiando o uso do material didático do Projovem Urbano, para saber se o mesmo atende a proposta de interdisciplinaridade dos eixos estruturantes de Ensino – Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, com vistas ao alcance do que é proposto para o seu público alvo. Este retorno para a sociedade e o Estado poderá ser um instrumento de reorientação de algumas ações do programa sempre com intuito de garantir o público alvo em questão que se trata da juventude do Brasil o acesso a bens e serviços.

Em consonância com os pressupostos expostos, é **objetivo geral** desta pesquisa: analisar a visão dos professores do Projovem Urbano na região norte sobre o processo de vivência no programa, a fim de identificar se o uso do material didático atende a proposta de articulação dos eixos previstos. Para atender ao referido fim foram traçados os seguintes **objetivos específicos**, a saber: 1) Identificar como são trabalhados os conteúdos, as unidades e os temas integradores na formação básica na sala de aula; 2) Conhecer a relação entre o trabalho pedagógico da qualificação profissional e a formação básica; 3) Investigar a relação do trabalho pedagógico da participação cidadã com a formação básica.

Para uma compreensão a respeito da vivência dos professores no programa Projovem Urbano a partir do uso dos materiais didáticos nas atividades de Ensino - Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã na presente pesquisa, optou-se por desmembrar a análise em núcleos categóricos, escolheu-se utilizar a análise de conteúdo por categorias, optando-se pelo critério de semântica (no qual as categorias são ordenadas por temas e, por isso, também denominadas categorias temáticas ou núcleos categóricos). (Bardin, 2010).

Assim sendo, à luz dessas diretrizes a estrutura desta pesquisa foi efetivada em momentos diferentes, porém complementares entre si.

Pré - análise – é a fase em que se organizou o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo **operacional**, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio das seguintes etapas: (a) **leitura flutuante**, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto por meio de sucessivas leituras; (b) **escolha dos documentos**, que consiste na demarcação do que será analisado.

Exploração do material - consiste na exploração do material com a definição de categorias. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelos objetivos e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase.

Tratamento dos Resultados (inferência e interpretação) - esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, orientado pelos objetivos e referenciais teóricos.

Neste contexto, a estrutura deste relatório encontra-se detalhada como segue: Primeira parte – Fundamentação Teórica – envida-se esforço na construção de um acúmulo teórico acerca de juventude na contemporaneidade conceitos/definições; trajetórias de construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil e do ProJovem Urbano – ensino, trabalho e participação. Segunda parte: Resultado das análises dos dados - por fim, esta seção consiste fundamentalmente em apresentar a análise e inferência dos dados contidos nas falas dos professores participantes dos grupos focais, sob a luz de rigorosa teia teórico-metodológica construída. Igualmente, os resultados são apresentados por meio das falas analisadas sistematicamente através do real ao concreto pensado.

Em suma, a pesquisa em curso, que ora subsidia este relatório parcial, quer contribuir com o fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão na UFAM, bem como, para o aprimoramento do referido programa.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças; sempre que as igualdades nos descaracterize.

Boaventura de Souza Santos.

Falar de juventude e políticas públicas atualmente tem sido um desafio tanto para estudiosos/pesquisadores, quanto para as sociedades, tendo em vista os diversos conceitos e perfis abordados e, sobretudo, para o Brasil considerando o peso numérico que se constitui na maior população, em números absolutos, alcançando em 2009 51,1segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que justifica uma reflexão sobre a necessidade de promover o reconhecimento dos jovens como cidadãos, sujeitos de direitos, e como atores estratégicos nos processos de transformação social.

1.1. Juventude em questão.

As questões que permeiam a temática juventude no Brasil tem se tornado nas últimas décadas do século XX objeto de grande interesse social, acadêmico, assim como por parte de atores políticos e de instituições governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais, servindo como baliza operacional para a atuação do governo e propondo a identificação de fatores considerados como problemas que afetam os jovens brasileiros na atualidade, bem como para criação de programas e políticas públicas específicas direcionadas para este segmento. (Abramo, 1997).

Destarte, que esta preocupação não é restrita ao Brasil, uma vez que tal problemática atinge as dinâmicas societárias contemporâneas, que têm unido forças, sobretudo, no âmbito dos organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e sociedade civil para debater o tema e traçar estratégias para de alguma forma amenizar o quadro de profundas desigualdades que se encontram as juventudes de todo mundo. (Silva, 2009)

Dados do Relatório Mundial de Juventude (World Youth Report) – ONU¹, citado por Leon (2008), destaca que a juventude da América Latina e do Mundo vivem em condições precárias de acesso aos bens de consumo básicos como, trabalho, saúde, educação, lazer,

¹ Este relatório compara a situação e a condição de vida dos jovens na atualidade e aponta para um quadro de profundas desigualdades sociais no que concerne, a juventude da América Latina e do mundo. (Leon, 2009).

ferramentas fundamentais para sobrevivência, bem como para pleno desenvolvimento de suas atividades enquanto sujeito de direito.

No Brasil, a questão da juventude entrou na agenda tanto das políticas públicas quanto dos estudos populacionais pelo temor de uma explosão demográfica. Fator este resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980 chamada de “onda jovem”². Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970, também contribuiu para acentuar esse temor. A partir daí, novas questões foram sendo adicionadas ao debate sobre juventude, tais como: instabilidade e precariedade na sua inserção no mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência das grandes cidades, taxas crescentes de prevalência e mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids. Não é incomum que os jovens sejam associados à marginalização e à criminalidade, ao “não querer nada com a vida”. Todas essas questões caracterizam a discussão sobre juventude pela ótica pessimista e levaram a centralizá-la na “crise dos jovens”. (Silva, 2009).

Felizardo (2006) pontua que a juventude inscreveu-se como questão social na contemporaneidade de um lado, sob a abordagem da violência, pela via dos problemas, fator este que perdura desde épocas passadas a exemplo: a delinquência, a gravidez, o comportamento de risco, o agitador, o revolucionário e a drogadição entre outros, que demandariam por parte do Estado e da sociedade civil medidas de enfrentamento, do outro, pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos a partir dos anos 90 com a participação maciça da juventude universitária no movimento de redemocratização, esta mudança de paradigma permitiu a abertura de canais de diálogos entre os jovens a sociedade civil e o Estado, possibilitando a juventude uma relação mais próxima na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, haja vista que tais políticas são de responsabilidade de todos e demanda um debate intenso, e a necessidade deste contato direto entre jovens e adultos, na criação de políticas públicas de juventude.

Segundo Sposito (2008) a primeira visão é que tem direcionado as políticas públicas para este segmento, impondo a identificação dos jovens, como grupo prioritário sobre o qual devem recair ações do controle social, promovido pela sociedade civil e o poder público de caráter focalizado, sobretudo, para jovens das camadas populares os chamados programas de transferência de cunho compensatório.

² Aumento das taxas de crescimento da população de 15 a 24 anos no Brasil. (Silva, 2009).

É possível afirmar segundo Dayrell (2010), que esta visão estigmatizada e reducionista do jovem, vista apenas pela ótica do problema tenha contribuído na criação de ações voltadas para juventude emergenciais focadas somente na busca de superação do suposto problema que afeta aquele determinado grupo isolado, sem pensar no todo, nas especificidades de cada juventude, do local onde se encontra inserido, das reais necessidades que necessitam, e, nesse sentido voltam-se apenas para os setores juvenis considerados pela escola, sociedade e mídia como em situação de risco social e digno de receber intervenção por parte do poder público. Para, além disso, este tipo de postura, de certa forma prejudica a criação de ações baseada na perspectiva dos direitos, que engendrem em políticas públicas e práticas que tenham como foco principal o desenvolvimento das potencialidades das juventudes.

A juventude brasileira, sobretudo, as de camadas populares enfrentam diversos desafios para ter acesso a direitos sociais básicos a pensar saúde, trabalho, educação e lazer dentre outros e sobrevivem com renda per capita $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo tais fatores atribuídos a dinâmica mundial que vive profundos e acelerados processos de transformações³ de cunho econômico, político e social que atingem direta e indiretamente as diferentes juventudes. Processos estes que interferem na socialização, na entrada no mercado de trabalho, na escolarização e cidadania, sobretudo, quando se trata do maior população em contingente numérico do país, o que justifica o olhar especial por parte da sociedade, Estado, bem como do pesquisador para as questões que afetam os jovens brasileiros hoje, no que diz respeito à relação do jovem com a escola, com o trabalho, com a cultura, com a política, ou ainda em relação à sexualidade, a violência, drogadição etc. De fato, o reconhecimento do peso numérico, bem como da diversidade de relações permite não só traçar perfis juvenis, mas orientar as políticas públicas para esse segmento. (Novaes, 2008).

No Brasil de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) citado por Dayrell (2010), a população jovem de 15 a 24 anos está em cerca de 34 milhões, sendo que os maiores índices de desocupação da força de trabalho na década de 90 foram encontrados no segmento populacional juvenil. Quanto à educação neste mesmo período dados apontaram um aumento significativo da taxa de escolarização que passou de 55,3% para 78,8%, ou seja, os jovens possuem hoje mais acesso à escolarização formal. Entretanto, as reprovações, as idas e vindas aumentam a defasagem idade-série. O mesmo

³ Crise estrutural do capitalismo, globalização, mudanças nos sistemas de produção e na vida das sociedades como um todo resultando em profundas desigualdades, sobretudo para os países em desenvolvimento da América Latina como é o caso do Brasil. (Novaes, 2008).

Censo apontou que 52,6% dos jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, estão matriculados no Ensino Fundamental que é destinado a crianças de 7 a 14 anos. Para, além disso, é grande o número de jovens que perdem a vida por causas múltiplas, tais como acidentes, suicídio, doenças relacionadas à gravidez e outros fatores mórbidos. Cerca de 70% das mortes de jovens estão relacionadas a homicídios, acidentes de trânsito e suicídios.

Segundo dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) citado por Silva (2009) no Brasil, os jovens com idade entre 15 e 29 anos representava cerca de 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Tal situação ganha profunda relevância com a constatação de que este país reúne mais de 190 milhões de habitantes, sendo a metade da população constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos afetadas diretamente pelas mazelas sociais engendradas pelas mudanças estruturais globalizantes que o país passou nas últimas décadas do século XX, que influenciaram diretamente na forma de enxergar o jovem.

Corroborando Bango (2008) que tais mudanças sofridas pela sociedade influenciam na visão que a sociedade tem da categoria juventude⁴, e do comportamento dos jovens, ao mesmo passo em que os comportamentos juvenis influenciaram as construções sociais que foram se efetivando ao longo dos anos pelas recorrentes mudanças na civilização em geral. Da mesma forma, as constantes mudanças sofridas pelos “agentes de socialização tradicionais”, sendo citados a família, os mercados de trabalho, os sistemas políticos e o próprio Estado, também influenciam no comportamento juvenil de hoje.⁵

Neste contexto Leon (2009) afirma que as constantes transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no mundo globalizado, sobretudo no modo de produção, acarretaram diversos tipos de desigualdades sociais que atingem parte da população mundial, inseridos nesta estatística se encontram os jovens brasileiros que sofrem com o desemprego, com educação precária, a baixa qualificação profissional, a crise demográfica, situação de miséria, vitimização, vulnerabilidade, violência e marginalidade dentre outros.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) citada por Silva (2009) em agosto de 2008, momento em que acontecia a abertura dos trabalhos do Ano Internacional da

⁴ Percepção carregada de estigmas das décadas anteriores a pensar a de 60, 70, 80, 90, uma vez que os jovens eram vistos por meio de atitudes com predisposição generalizada para a transgressão e delinquência, como juventude problema, transviada, revolucionária, rebelde sem causa, conceitos estes que perpassam gerações e pode ser percebido até nos dias atuais (Bango, 2008).

⁵ Com o passar dos anos e com o advento da globalização os agentes tradicionais deixam de ter tanta influência na categoria juventude, estando estes expostos a situações de desordem social. (Leon, 2008).

Juventude das Nações Unidas, foram apresentados dados alarmantes sobre a situação juvenil no mundo, dados estes que demonstram que 81% dos 620 milhões de jovens, economicamente ativos, entre 15 e 24 anos, estavam desempregados, o que revela com clareza uma precariedade muito grande para garantir condições de vida para estes jovens.

No que diz respeito aos países da América Latina os dados são mais alarmantes, uma vez que as situações de vulnerabilidades sociais aliadas às turbulentas condições socioeconômicas ocasionam uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações fomenta o aumento da violência e da criminalidade, todavia embora a violência esteja em alguns casos associadas à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como são conduzidas as distribuições de riqueza que geram desigualdades sociais. (Abramovay, 2002).

É válido ressaltar, que a situação vivida pelos jovens do Brasil e da América Latina hoje é reflexo de toda uma trajetória histórica de acontecimentos ao longo dos anos, que podem ser vislumbradas abaixo a partir das mudanças demográficas, econômicas, políticas e sociais que engendraram no aumento sem precedentes de jovens⁶ no mundo, que implicam diretamente em oportunidades de entrada no mercado de trabalho e de acesso aos recursos públicos e sociais para a juventude. (Leon, 2009).

A primeira fase nessa transição, denominada sociedade pré – moderna, pré – capitalista ou pré – industrial era caracteriza uma situação tradicional e predominantemente agrária, marcada por um alto índice de mortalidade e natalidade juvenil, dada as condições de vida e acesso à saúde, onde a juventude tinha curta esperança de vida.

Uma segunda fase é denominada moderna, industrial e capitalista, momento em que se vivenciou melhoria das condições sanitárias, evolução da medicina e o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas que proporcionou rápida queda na mortalidade e aumentando a expectativa de vida da população engendrando assim um forte crescimento populacional, sendo denominado o “boom demográfico”. Sendo ainda marcada pelo momento em que a juventude passou a ser considerada como segmento populacional, com tempos, características e necessidades próprias, categoria conceitual que se consolida com os novos ordenamentos e produtivos advindos dos primeiros avanços tecnológicos de finais de século 19 e, principalmente, do século XX.

⁶ A chamada “onda Jovem”, aumento significativo da população jovem.(Leon,2009)

A terceira fase corresponde à industrialização em seu auge de amadurecimento, trazendo consigo melhoria da renda, dos níveis educacionais, do acesso aos métodos anticoncepcionais, bem como a urbanização e seus problemas de vida urbana. Nesta época a juventude tinha papel de revolucionária com características próprias à escolarização assume papel importante nessa construção da categoria “jovem”.

A quarta e última fase consiste no pós-industrial, caracterizada por baixas taxas de natalidade e mortalidade e apresentando níveis baixos de fecundidade o que ocasionou uma queda de reposição populacional. A juventude neste período assume o papel de revolucionária para a justiça social, participante da política, bem como vivencia mudanças profundas advindas pela globalização e do acesso às novas tecnologias de informação.

Já nos dias atuais, de acordo com Bango (2008), os jovens vivem em uma época denominada “sociedade da informação”⁷ onde acontecem profundas transformações econômicas e de valores na sociedade, o que afeta a sua transição para a vida de adulta. Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multi-culturais e que de certa forma são globalizados, além da presença que os bens de consumo possuem em suas vidas. Introduzidos em uma sociedade de consumo ostentatória que suscita no conjunto das juventudes aspirações e frustrações, no seio de uma sociedade que apresenta fortes disparidades sociais e negação de direitos.

Ademais de acordo com Abad (2008) nos anos anteriores a globalização a condição juvenil estava, sobretudo, mediada pela incorporação à vida adulta e à aquisição de experiências passadas através das instituições tradicionais de cultura hegemônica sobre o qual o jovem deveria aprender para cumprir o seu papel na sociedade, assim sendo, a juventude era caracterizada como a etapa vital entre a infância e a maturidade, determinada pela vinculação com as instituições de transição para o mundo adulto a exemplo: igreja, comunidade e família, tendo esta última, papel importante no processo de amadurecimento da juventude. Por outro lado, nos dias de hoje a juventude vive um processo de *desinstitucionalização*⁸ no que concerne ao entendimento como transição para a vida adulta, definida por condições diversas

⁷ As informações são transmitidas simultaneamente na contemporaneidade no Brasil e no mundo, pelo acesso as redes de informações e de relacionamentos através da internet. (Leon, 2009).

⁸ O afastamento das instituições como - Família, comunidade, igreja e escola que não exercem a mesma influencia direta no amadurecimento e na transição do jovem para a vida adulta como nas décadas anteriores. (Abad, 2008).

que demarcam interesses e necessidades próprias que demandam políticas públicas específicas.

Afirma Abad (2008) que o processo de *desinstitucionalização* dos jovens é um fator que vem acontecendo nos últimos anos, engendradas pelas mudanças estruturais no mundo do trabalho e nas relações sociais da contemporaneidade, e apresenta algumas das causas:

A crise da família tradicional e o surgimento de outros arranjos familiares, que questionam e colocam os limites entre pais, mães, filhos e filhas, transformando as relações em negociações do que no rígido padrão de controle paternal e de obediência paternal; a nova visão do jovem como ator social tem pressionado políticas sociais, reformas legislativas e novos contratos sociais para que se reconheça a especificidade e a dimensão da nova condição juvenil; o desaparecimento da infância em detrimento de uma adolescência que começa muito cedo. E a juventude prolongada até depois de 30 anos, o que pressupõe quase um terço da vida; a ideia da cultura do emprego e do salário, frente às dificuldades impostas pelas sociedades atuais para facilitar um trânsito linear, simétrico e ordenado pelo qual tem que passar a juventude que é o circuito da família – escola – emprego no mundo adulto, o que demanda do jovem uma trajetória prolongada e descontínua entre jovens e adultos; a emergência da globalização, com a forte influência dos meios de comunicação, prega a ideia de um acultura juvenil com traços e características quase universais, heterogêneas e inconstantes que se contrapõem com a transmissão cultural proporcionada pelas instituições como família, escola dentre outras.

Não obstante, segundo Freitas (2006) é por meio desta *desinstitucionalização* da condição juvenil que tem surgido às possibilidades de formas distintas de experimentações pela juventude nesta etapa da vida, de maneira diferente da vivenciada pelas gerações anteriores, caracterizadas principalmente por uma forte autonomia individual, especialmente em se tratando do uso do tempo livre e do ócio, consequência esta que está diretamente relacionada com a ausência de grandes responsabilidades por terceiros, a exemplo os pais que por necessidade de trabalhar passam menos tempo educando seus filhos que experimentam mais cedo uma rápida maturidade mental e física, por um amadurecimento precoce nos aspectos emocionais e afetivos, e com o exercício mais precoce da sexualidade.

Ressalte-se, segundo Abad (2008), que a *desinstitucionalização* aliado às mazelas sociais em que se encontram os jovens justifica nos dias de hoje a temática juventude está em foco, e apresenta um nível de aprofundamento e de complexidade, evidenciada por

organismos internacionais e nacionais, bem como por meio de sua introdução no âmbito do discurso acadêmico, todavia, esse processo ainda caminha a passos largos relacionados à relevância do tema e da importância da juventude para a sociedade.

Tal interesse vem sendo despertado nas últimas décadas e fica evidenciado a partir de distintos pontos de vistas, vejamos abaixo alguns dos principais argumentos com base em Abad (2008) que justificam o interesse pelo tema juventude.

Quadro 1. Argumentos sobre a importância do Tema Juventude

Demográfico populacional

“Maior interesse nos jovens por causa da sua importância na sociedade em termos demográficos e populacionais”.

Econômico

“Evidencia em benefícios em investir na juventude, desde cedo, para prevenir riscos sociais no futuro e os altos custos derivados”.

Institucional

“Os jovens necessitam de uma atenção específica e adequada das políticas públicas, a exemplo de outros grupos etários”.

Ético

“O bem estar e a saúde dos jovens se inserem na consolidação dos direitos humanos”.

Político

“A juventude deveria ser uma das principais beneficiárias de programas de organizações e governos, como público-alvo de políticas públicas específicas, pois são particularmente importantes na compreensão e construção dos códigos do mundo contemporâneo”.

Fonte: OHANA, 2006, citado por Abad (2008).

O reconhecimento dos processos históricos que permeiam o tema juventude, bem como do seu potencial em pleno, são fatores primordiais para a criação de organismos destinados a promoção de políticas públicas que atendam as especificidades deste segmento em todo

mundo, sobretudo, para os países subdesenvolvidos como é o caso da América Latina e do Brasil que vivenciam processos elevados de negação de direitos, considerando ainda o difícil caminho que a juventude tem de percorrer para construir sua personalidade, e as barreiras que precisa superar para ascender em sociedade, que vão desde no combate às formas consumistas e descartáveis que esta sociedade lhes impõe, as exigências de entrada no mercado de trabalho, fator este dificultado principalmente pela ausência de uma educação de qualidade que recebem maioria dos jovens que vivem nas zonas periféricas das grandes cidades. Para, além disso, outro fator preponderante no momento de criação de política pública é a forma como o jovem definido ou conceituado na contemporaneidade, fator este que será abordado no tópico seguinte.

1.2. Juventude, juventudes? Definições e conceitos.

Ao dirigir o olhar sobre a questão da juventude deve-se antes considerar as diferentes interpretações, reconhecendo a diversidade que envolve essa etapa da vida e a dificuldade em caracterizá-la. Diversos autores⁹ nos dias atuais alertam a existência de diferentes juventudes a depender da condição econômica, política, social, raça, etnia, religião, grupo, local de moradia dentre outras. É uma categoria plural, não há consenso quando discutida, pois há diferentes conceitos e definições. Em outras palavras é imprescindível pensar a juventude como uma construção histórica e cultural inseridas em contextos diversificados.

Assim sendo, é imprescindível considerar a existência de vários grupos juvenis, e discutir juventude é então falar de uma categoria inserida em contexto sociocultural “A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contexto e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural” (UNESCO, 2004).

De acordo Rodrigues (2010) para adentrar nesta temática é preciso ter claro e definido os inúmeros fatores que condicionam os olhares sobre alguns segmentos sociais, sobretudo, a juventude. Fatores objetivos e subjetivos que são fundamentais nas construções das concepções acerca dos indivíduos. Entre os fatores objetivos estão à violência, o mundo do trabalho, as disparidades sócio econômicas entre campo e cidade, a participação nos estados públicos, dentre outros. Já os fatores subjetivos estão ligados à forma de como os indivíduos são relacionados aos fatores objetivos que os envolvem, como dizer que os jovens são

⁹ Carmo (2001), Ribeiro et al (2006) apud Almeida et al (2009), Abramovay (2007), Carmo apud Madeira (1999), UNESCO (2004).

responsáveis por algumas mazelas como a violência, que não querem compromisso, que não gostam de participar dos espaços públicos ou que serão responsáveis pelas transformações da sociedade, sendo considerados como revolucionários, entre outros.

Por vezes, a juventude é definida por suas características revolucionária, de potência positiva e transformadora. Em outras circunstâncias, a juventude é identificada como geradoras de problemas para sociedade e como um modo de vida que exige cuidados específicos. Ressalta-se, então, assim a condição paradoxal posta aos jovens: por vezes considerados por sua potencialidade transformadora e, em outras, como vítimas de processo de exclusão ou como população de risco ou em risco. (Frezza, 2009).

Para Sposito & Carrano (2003) a juventude foi inventada pela sociedade moderna, e os jovens são sujeitos concretos que estão próximos, ou não, de concepções. Sendo que na modernidade, a juventude é vista como um período em que os sujeitos jovens adquirem habilidade e competências na escola e no mundo do trabalho. Não podemos afirmar ou querer enxergar o fenômeno juvenil ao longo da história da humanidade nas diversas culturas existentes, no formato em que o concebemos hoje, os estudos sobre juventude ainda não são suficiente para abarcar a realidade juvenil ao longo da história da humanidade, e, sobretudo, no período contemporâneo.

Para Carmo (2001) definir jovem é difícil. Por um lado, falar da juventude brasileira no singular é muito vago; por outro lado, se subdividir a juventude em diversos segmentos, corre-se o risco de cair numa pulverização infinita de grupos. Mas, ainda assim, não podemos fechar a questão em um só conceito, pois, os estudos sobre juventude na América Latina apontam que diferentes disciplinas têm contribuído para a reflexão do campo da juventude. Pode se considerar o enfoque sociológico, político, demográfico, biológico, psicológico dentre outros. Há várias juventudes, influenciadas por suas diversas vivências históricas, sociais, econômicas, pelas relações de poder, entre outras determinações.

Abramovay (2002) afirma ser inegável a existência de vários tipos de jovens, bastante diferentes entre si. Todavia, é difícil descartar a ideia de que há elementos comuns entre eles, por mais diferentes que sejam. Além da “cultura jovem”, ou melhor, dos traços comuns às várias “culturas jovens”, sempre há pelo menos características comuns a todos, a exemplo o gosto musical, as gírias, as baladas, a forma de se vestir dentre outras. Assim sendo, quando se pensa em juventude e jovens, não se pode renunciar nem ao plural, nem ao singular. Os jovens são diferentes, mas tem em comum o fato de serem considerados jovens e terem que

lidar com os adultos. Essa relação entre gerações é fundamental para entender como são os jovens e o que é juventude em um determinado lugar e momento da história, fatos esses que devem ser relevantes no momento de criação de uma política de juventude.

Na realidade, a juventude assume faces diferentes, que variam de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, bem como do território em que se encontram. Nas cidades, por exemplo, podemos encontrar desde aqueles jovens ligados aos movimentos políticos tradicionais, como movimento estudantil ou de pastorais da juventude, ou ainda os ligados aos movimentos ditos culturais: hip-hop, de grupos de skatistas acontecimentos que não são comuns aos jovens que residem em áreas rurais. (Kerbaui, 2005).

Se há um componente geracional que permite definir a juventude pelo que há de específico à sua condição, é importante considerar que esta é vivida de forma diversificada e desigual entre os jovens de acordo com suas situações socioeconômicas específicas e com os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um. Em outras palavras, a duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens a depender da origem social, da renda familiar e do nível de desenvolvimento da região onde vivem e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis assumidos e lugares que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocuparam na sociedade. Por isso, tornou-se usual empregar a expressão “juventudes” para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens. (Sposito, 2008).

Segundo Instituto Cidadania citado por Rodrigues (2010) os jovens configuram – se como realidade diversificada e complexa, sendo mais adequado utilizar o termo “juventudes” e não “juventude”. Percebe-se a veracidade disto quando emergem as mais diversas manifestações deste segmento ao longo dos anos, tais como: a luta em busca por direitos da juventude indígena, negra e rural; a luta dos e das jovens com deficiência por facilidade de acesso aos diversos espaços; e da juventude homossexual pela livre orientação sexual, entre outras expressões juvenis. Todas as lutas das juventudes para garantia de seus direitos e pela implementação de Políticas Públicas de Juventude, demonstram necessidades próprias deste público, deferindo-se dos demais segmentos sociais já existentes e reconhecidos. (Rodrigues, 2010).

Para Oliveira (2006) o conceito de juventude, varia de acordo com a ciência que o utiliza e a corrente de pensamento em pauta. Além disso, como já foi dito, há de se considerar que os contextos sociais, históricos e econômicos influenciam diretamente na construção do conceito e nas definições de juventude. Tal procedimento faz-se necessário uma vez que estas concepções tendem a orientar a formulação de políticas públicas de juventude para o segmento, sendo, portanto, elementos importantes para compreensão dos limites ou possibilidades de ações propostas ou implementadas. O autor destaca algumas concepções geralmente identificadas nas abordagens de juventude.

1. Juventude como período preparatório - esta abordagem visualiza a juventude como um período de transição entre a infância e a vida adulta, gerando nos jovens ações centradas na preparação para o mundo adulto.

2. A juventude como etapa problemática - o jovem nesta perspectiva aparece predominantemente por via dos problemas que ameaçam a ordem social, que emergem das questões relacionadas a comportamentos desviantes e de risco social.

3. O jovem como sujeito de direito - Esta concepção surgiu a partir dos anos 80 e 90, após o reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direito.

De acordo com Sposito & Carrano (2003), um dos avanços possibilitados por esta última forma de conceber a juventude é o fato de as políticas a elas dirigidas poderem transformar os problemas concretos vividos pelos jovens em necessidades que se inscrevem no campo dos direitos, aumentando a pauta de ação e compromissos da sociedade civil e do Estado para este segmento.

Atualmente a categoria juventude, partindo do imaginário social brasileiro, é constituída considerando diversas construções simbólicas que foram sendo construídas historicamente e socialmente, seja na esfera pública ou privada, Sendo utilizada como principal variável de recorte do segmento “juventude” a faixa etária¹⁰, sendo tal demarcação instituída quase sempre por organismos internacionais para a definição da condição juventude. (Vieira, 2010).

¹⁰ São as formas de subdividir a juventude. Algumas das definições etárias existentes ainda são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais, tais como: A Organização das Nações Unidas (ONU), corresponde à faixa etária dos 15 aos 24 anos), Organização Mundial de Saúde (OMS), faixa etária entre 15 a 24 anos, Conselho de Europa (CE), grupo de idade de jovens de 16 até 35 anos. (Leon, 2009).

Sposito & Carrano (2003) afirmam que esse recorte etário que vem sendo utilizado pelos organismos nacionais e internacionais, pode operar com seleções que acabam por impor modos próprios de conceber as ações públicas, uma vez, que se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de acesso a ações públicas, pois ainda vivem a condição juvenil, bem como acredita ser de fundamental importância considerar todos os fatores que constituem o ser jovem e suas particularidades, para que seja possível atender as demandas juvenis no que concerne a criação de políticas públicas de juventude.

O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE considera jovens sujeitos com idade entre 15 e 29 anos. Por este conselho a juventude está dividida em: adolescentes – jovens (15 a 17 anos); jovens (entre 18 e 24 anos) e jovens – adultos (entre 25 e 29 anos). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – indica como jovens pessoas entre 15 e 24 anos. No entanto parecem concordar que é entre o segundo recorte (18 a 24 anos) onde se encontram os piores índices sociais (evasão escolar, envolvimento com violência, exclusão do mundo do trabalho, etc.). Aqui retorna o problema inicial com a definição de juventude a partir do critério faixa etária, o que já aponta para dificuldades no atendimento à população específica pelas políticas públicas. (Abad, 2008).

A realidade segundo Leon (2009) é que existem vários enfoques e aspectos na contemporaneidade que tentam explicar o que é juventude, por meio de diferentes conceitos e definições que, às vezes se completam ou se contrapõem. Com base nesta assertiva, a seguir apresentam-se alguns dos principais grupos de conceitos, concepções e abordagens que norteiam o atendimento contemporâneo sobre juventude.

Conceito biológico e psicológico – a juventude se define como um período no qual se atinge a maturidade fisiológica e social, entendida como o reconhecimento e a permissão para desempenhar funções atribuídas a este período especificamente. Sendo que, enquanto o conceito biológico se baseia pelo desenvolvimento físico, a abordagem psicológica considera os efeitos da maturidade efetiva e cognitiva.

Conceito demográfico – considera os jovens como grupo populacional que faz parte de determinada faixa etária que varia entre 12 e 24, 15 e 29 podendo chegar a limites de até 35 anos em alguns países da Europa e América Latina. Este enfoque em especial de idade

(cronológico) se traduz em diferentes políticas públicas relacionadas aos jovens de acordo com o seu peso numérico populacional e suas especificidades.

Conceito sociológico e antropológico – fundamenta-se na premissa de cada juventude experimenta momentos distintos e que cada pessoa vivencia sua juventude a partir de condições sociais e culturais próprias que possibilitam a escolha do caminho que pretendem seguir. Cada jovem vivencia esta etapa de desenvolvimento da vida a sua maneira, considerando as suas experiências de vida, as oportunidades a que tem acesso e as condições de sobrevivência ao seu redor, sendo estes fatores o que diferencia o conceito sociológico dos demais, uma vez que considera todas as dimensões da condição juvenil (de ser jovem agora) e ao mesmo tempo as condições na qual o jovem desenvolve-se até a vida adulta.

Abramovay (2002) alerta para necessidade de considerar todos os conceitos, critérios e definições que permeiam este tema, uma vez que não se pode definir sistematicamente onde começa ou onde termina a juventude. Alguns estudiosos do assunto tais como: Pais (1990), Melucci (1992), Leon (2008), chamam a atenção para a dificuldade explicitando que a impermeabilidade do conceito pode ser um dos principais motivos de inadequação das políticas públicas de juventude no Brasil, uma vez que a juventude passa a ser uma possibilidade que perpassa toda vida.

Indubitavelmente, o reconhecimento da existência vários de tipos de juventude possibilita uma discussão sobre o papel do jovem no processo histórico de construção de políticas públicas voltadas para este segmento na contemporaneidade, bem como, a importância de se criar mecanismos para que o jovem seja protagonista na criação das referidas políticas. Partindo deste entendimento, nos últimos anos do século XX, o Estado passou a tecer preocupações e a pensar em ações para atender as demandas específicas deste segmento. Neste sentido, para diminuir as disparidades sociais surgem mobilizações em nível nacional e internacional para pensar sobre a temática juventude, este processo de discussões possibilitou a criação das chamadas Políticas Públicas de Juventude (PPJs), que serão apresentadas no tópico seguinte.

1.3. Histórico das Políticas Públicas de Juventude.

De acordo com Leon (2008) o entendimento dos jovens enquanto atores sociais relevantes no processo de diagnóstico, proposição e desenvolvimento dos programas e políticas de interesse da cidadania ainda é um fenômeno bastante recente em todo mundo

inclusive no Brasil. Da forma como é entendida hoje, para o seu surgimento as políticas públicas de juventude são impulsionadas por alguns fatores, podendo – se destacar:

- ✓ O claro agravamento dos indicadores relacionados com a juventude em comparação com outras faixas de idade, todo mundo, e da multiplicação dos problemas que os jovens enfrentam em sociedade, resultante das mudanças no mundo do trabalho e dos movimentos característicos da contemporaneidade.
- ✓ A atuação de redes, movimentos e organizações de jovens que são apoiados por especialistas, educadores e investigadores sociais e com propostas de ações materializadas nas cartas e declarações desenvolvidas por reflexões da sociedade civil e dos governos de grande parte dos países ocidentais, ou por via de consensos entre os países nas Assembleias das Nações Unidas (ONU).

No campo dos compromissos internacionais no que concerne à juventude mundial, grandes avanços foram conquistados nos últimos 20 anos, notadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros¹¹ da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). Todavia, apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, mostrava um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 *per capita* por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). (Silva, 2009).

Diante desta constatação, o Informe alertava para o desafio, a ser enfrentado pelos Estados e pela sociedade em geral, de se encontrar formas sustentáveis para concretizar os direitos humanos dos jovens e romper o ciclo intergeracional da pobreza em todo mundo. O caminho apontado pelas Nações Unidas destacava a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego.

Vale ressaltar, que este compromisso por parte da - ONU para com a juventude data de 1965, quando os Estados Membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre Juventude dos Ideais de Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Entretanto, foi apenas em 1985, com a instituição pela ONU do Ano internacional da Juventude:

¹¹ São eles: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

participação, desenvolvimento e paz que o tema Juventude alcançou materialidade e ampliou sua visibilidade para todas as nações e povos do mundo.

Outro fator que merece ser pontuado e que contribui consideravelmente para esta visibilidade conquistada pela juventude de acordo com Chaves (1999) foi à realização da Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude que aconteceu na cidade de Lisboa em 1998, a partir deste evento a juventude passou a receber mais atenção por parte da mídia, da agenda governamental e da sociedade civil. Todavia ressalta o autor que a discussão sobre a importância dos jovens para estratégias das nações não é recente, diversos teóricos da década de quarenta e cinquenta dentre eles: Pedro Lain Entrango, Fernando Azevedo, Roger Bastide, Ortega Y Gasset e Gilberto Freire trabalharam o tema que foi tratado paralelamente à chamada Sociologia das gerações¹².

Ademais, afirma o autor supracitado que classificação etária utilizada para subdividir os grupos sempre foi alvo de muitas discussões no campo teórico, sobretudo, em se tratando do termo juventude, fator este que influencia diretamente na definição de clientela alvo das políticas de juventude de muitos países e tem feito com que o conceito de juventude sofra alterações de acordo, não só com as dinâmicas regionais, mais também com as correlações de forças que se estabelecem entre sociedade civil e grupos políticos.

A polêmica surgida quando se usa o termo juventude considerando seus conceitos e suas definições é essencial para a afirmação de uma política de juventude. É legítimo para efeito de políticas públicas para países latino americanos e especialmente para o Brasil, responsável pelo maior contingente de jovens segundo dados estatísticos do IBGE, 2008. O próprio lugar geracional do termo juventude justifica a existência de políticas públicas de Juventude, pois reflete a importância deste segmento para o desenvolvimento social, bem como, para o desafio da construção de projetos coletivos que busquem transformações para a vida do jovem e para a sociedade. (Abad, 2008).

De acordo com Silva (2009) o Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU destaca ainda que apesar da juventude estar contemplada na Declaração Universal dos direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais a mesma não é explicitamente mencionada nestes documentos, gerando certa invisibilidade dos

¹² Sociologia das Gerações entendida como o ramo das Ciências Sociais caracterizado pela constatação de que as ações humanas de cada grupo etário, somadas representam a própria totalidade social. (Chaves, 1999)

jovens tanto na interpretação quanto na implementação destes tratados para fins de efetivação de direitos.

Dez anos após a celebração do Ano Internacional da Juventude segundo Leon (2008) a ONU propõe aos países - membros a adoção de estratégias internacionais para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Esta estratégia foi consubstanciada no Programa de Ação Mundial para Jovens até o ano 2000 e nos anos seguintes - PMJA e aprovada pela resolução nº 50/1981 da Assembleia das Nações Unidas que engendrou em vários outros mecanismos e acordos internacionais que se firmaram fortalecendo o compromisso dos Estados – membros com a implementação de uma política nacional de juventude. Nesta direção, é importante destacar, entre outros esforços de alcance internacional da agenda da ONU os acontecimentos a seguir:

Quadro – 02: Marcos históricos na criação de Políticas de juventude no mundo.

1965	Política de juventude no contexto das Nações Unidas (ONU)
Aconteceu a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que aprovou a resolução N. 2.037 “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”.	
1991	Primeiro Fórum Mundial de Juventude
Entendeu-se que a participação do jovem é fundamental para a construção de políticas públicas de juventude, novos canais de participação foram articulados e fortalecidos como os Conselhos Nacionais de Juventude e o Fórum Mundial de Juventude.	
1995	ONU estabelece o Ano Internacional da Juventude
A partir desta resolução a os países reconhecem os jovens como categoria integrada por diversos subgrupos, ao invés de uma unidade demográfica única.	
1995	Programa de Ação Mundial para Jovens até o ano 2000 e nos anos seguintes (PMJA)
Aprovou um conjunto de diretrizes e recomendações que visavam melhorar a situação dos jovens no mundo, o plano contou com 10 áreas prioritárias: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, drogas, delinquências juvenil, atividade de tempo livre, gênero e a participação	

efetiva dos jovens na vida social e nos processos de tomada de decisão.	
1998	Fórum de Participação da Juventude no desenvolvimento Humano – Plano de Ação Braga
Resultou na primeira carta de internacional de consenso aprovada com a participação das juventudes das internacionais comunistas, socialistas, democrata cristã e liberal e uma parcela expressiva da sociedade civil organizada.	
2001	Fórum de Dakar – Estratégia para o Empoderamento da Juventude
Abriu canais de diálogos entre organizações de juventude da sociedade civil e instituições governamentais, com vistas à implementação de políticas integradas e intersetoriais de longo prazo que atendam as necessidades comuns às juventudes.	
2003	Definição das áreas prioritárias em relação à juventude
Resultou na definição de mais cinco áreas de prioridade relacionadas à juventude que são elas; globalização, tecnologia de informação e comunicação, AIDS, jovens e prevenção de conflitos, relações internacional.	
2005	Convenção Ibero Americana de Direitos dos Jovens
Apontou um conjunto harmônico de normas relacionadas com o reconhecimento à promoção das juventudes e com a efetiva implementação das políticas de juventude. Resultou no primeiro documento de referência no mundo desenvolvido em âmbito multilateral, que promove o direito do jovem.	

Fonte: Teles (2012) baseada na Secretaria Nacional da Juventude (2012).

O quadro 01 aponta às conquistas na área da juventude em âmbito mundial, contudo, é oportuno saber como se processou em âmbito nacional esses avanços, principalmente, no que tange a construção de Políticas Públicas direcionadas a Juventude no Brasil, fator este apresentado no próximo tópico.

1.4. Política Pública de Juventude no Brasil: trajetória em Construção.

A preocupação com os jovens e a necessidade de criação de políticas orientadas para juventude ganhou representatividade na América Latina, a partir da década de 80, estimulada por alguns organismos Latino-americanos e mundiais tais como Organização Ibero – Americana de juventude (OIJ) e Organização das Nações Unidas (ONU) que chamavam a atenção para as disparidades sociais que afetavam os jovens.

Todavia, de acordo com Sposito & Carrano (2003), tais ações já podiam ser notadas em anos anteriores, neste sentido os autores estabelecem quatro modelos de políticas de juventude na América Latina: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

De acordo com Silva (2009) um fator importante que merece ser destacado no contexto histórico para a criação de políticas de juventude no Brasil foi o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela Organização das Nações Unidas - ONU, juntamente com as agências intergovernamentais como a Organização Ibero – Ibero Americana de Juventude – OIJ que representou grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. No entanto, pontua que a mesma dificuldade que o Brasil enfrenta para desenvolver políticas de juventude, outras os países da América Latina também enfrenta.

O tema juventude no Brasil foi introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser encaminhada a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, que resultou na criação, naquele mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades Não – governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente , que culminou anos mais tarde como marco histórico-institucional na aprovação pelo Congresso Nacional, muito em função das mobilizações sociais organizadas por diversos setores da sociedade e de movimentos sociais vinculados a questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. O ECA foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos. (Kerbauly, 2005).

Vale ressaltar, que a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista com identidade própria, uma vez que parece reforçar a imagem do jovem como um problema, especialmente em questões relacionadas à violência, ao crime, a exploração sexual, a drogadição, a saúde e ao desemprego. A partir desta concepção limitada, os programas governamentais procuravam apenas e nem sempre com sucesso minimizar a potencial ameaça que os jovens representavam para a sociedade. (Iulianelli, 2003).

Segundo Bango (2008) as políticas públicas para juventude no Brasil, começaram a ser pensadas a partir dos anos 80 pela via dos problemas, quando a juventude teve papel de destaque na reconstrução democrática do país, por meio de uma participação maciça nos debates políticos e nos movimentos estudantis, que ansiavam pelo retorno da democracia e o fim do período ditatorial, a exemplo deste as “Diretas Já”¹³. Todavia, é neste período histórico segundo o autor supracitado, que se inicia a visão negativa que a sociedade tem a respeito da juventude, que perdura até hoje.

Tal visão foi engendrada, segundo Carmo (2001), pelos movimentos de contestação e reivindicação juvenil existentes nas últimas décadas do século XX e nos movimentos culturais dos quais faziam parte tanto jovens de baixo poder aquisitivo, quanto jovens de classe média. Ambos, tanto o primeiro quanto o segundo grupo tiveram sua importância ao longo do processo histórico, na construção da identidade da juventude. Se por um lado os jovens de classe média formavam grupos, como exemplo os “hippes”, que participavam de manifestações estudantis e grandes viagens psicodélicas das drogas e o amor livre, por outro lado, os jovens de baixo poder aquisitivo criaram o grupo chamado “skinheads” (cabeças raspadas), formado por jovens da classe operária e das zonas periféricas. Embora, a forma de se expressar dos dois grupos sejam distintas ambos, eram tidos como causadores de problemas pela sociedade.

Ademais, é neste período afirma Alves (2006) que a juventude começou a ganhar espaço e complexidade no cenário político brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, sobre o qual o Estado deveria tecer preocupações, sobretudo, no que se refere às questões de trabalho, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, drogas e especialmente violência. Foi então que foram criadas as assessorias, coordenadorias, secretarias e os programas que têm como desafio desenvolver políticas considerando as especificidades da juventude brasileira sem perder de vista sua acentuada diversidade.

¹³ Movimento realizado em Brasília pelos jovens caras pintadas que resultou no IMPEACHMENT do presidente Fernando Collor de Melo. (Bango, 2008).

Vale ressaltar que a morte do índio Galdino de Jesus¹⁴ foi um fator decisivo que culminou na emergência de ações voltadas para juventude. Todavia, a visão estigmatizada a respeito da juventude associada à violência, a comportamentos de risco e à transgressão é que influenciou a maioria das ações destinada a atendê-la. É a partir desta ótica que surge em surge entre os anos 80 e 90 inúmeras iniciativas públicas, algumas em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações empresariais das diversas áreas do poder executivo para atender este público em especial. (Silva, 2009).

Ações estas de acordo com Sposito (2008) de cunho focalizado direcionada para os jovens excluídos das zonas periféricas ou na condição que se tornou usual conceituar como de risco social, que em muitas das suas formulações concebe a juventude como elemento problemático em si mesmo, que demanda enfrentamento do problema, guiadas, sobretudo, pela ideia de prevenção de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude.

Com base em Leon (2009) o quadro abaixo descreve as conquistas históricas que aconteceram no processo de criação de políticas públicas de juventude no Brasil.

Quadro – 03: Marcos históricos na criação de Políticas de juventude no Brasil.

1927	- 1ª Legislação específica sobre jovens e adolescentes no Brasil (Código do Menor)
1940	- Novo marco na formulação de políticas públicas de juventude (controle social)
1970	- Organização da sociedade civil em defesa dos direitos das crianças e dos jovens
1988	- Proteção da criança, adolescente e juventude preconizada na Constituição Federal.
1990	- Criação do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA
2002	- Agenda Jovem – organizações e movimentos de juventude criaram a Carta - Jovem 2002, com propostas específicas para criação de política de juventude.
2003	- Institucionalização das políticas públicas de juventude no âmbito federal.

¹⁴ A repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio Pataxo, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, constitui elemento importante para a constituição de uma opinião pública sensível ao tema juventude. (Silva, 2009).

2004	- Fortalecimento dos mecanismos de participação por meio de consulta pública as organizações da juventude.
2005	- Criação do Índice de Desenvolvimento de Juventude (IDJ), Projeto Juventude, Secretaria - Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, Programa - Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).
2007	- Lançamento do Projovem Integrado; - 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no Rio de Janeiro
2008	- 1ª Conferência Nacional de Juventude; - 1º Pacto pela Juventude - Brasil sedia 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2009	- Brasil sedia 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude
2010	- Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ; - 2º Pacto pela Juventude - Aprovada a PEC da Juventude - Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe sobre juventude. - 1ª Mostra do Projovem Urbano. - Brasil passa a integrar a Organização Íbero- Americana de Juventude- OIJ - Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude.
2011	Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal - 2ª Conferência Nacional de Juventude

Fonte: Secretaria Nacional da Juventude, 2012.

Com base no contexto histórico apresentado é possível afirmar que o jovem brasileiro consegue se colocar, de certo modo, com algum grau de protagonismo e, sobretudo, a partir de 1º de fevereiro de 2005 com a criação da Política Nacional de Juventude, através da Medida Provisória 238. O próximo tópico se detém nesta política.

1.5. Política Nacional de Juventude: desafios e conquistas

As discussões a cerca da necessidade de criação da Política Nacional de Juventude surgiram a partir das mobilizações sociais de vários grupos juvenis com representação em vários campos: cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos, associação de bairros entre outra aliada aos compromissos assumidos pelo país em meio às grandes articulações internacionais para o enfrentamento dos desafios da juventude – no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos países ibero-americanos, que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas que os afetavam e a criar programas e políticas que contemplassem ações diferenciadas para a juventude brasileira, partindo do entendimento do jovem enquanto sujeito de direito e não como sinônimo de problema para a sociedade. (Silva, 2009).

Em virtude desses acontecimentos, em 2004 inicia-se no Brasil um longo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais a respeito da necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. O desafio neste momento de acordo com Sposito (2008) era o de criar políticas, que por um lado, possibilitasse a garantia de cobertura das diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentada para os jovens e, por outro, proporcionar inserção social múltipla, com vistas à integração dos jovens nas várias esferas sociais.

Em decorrência deste canal de diálogo a temática juventude ganhou projeção nacional e culminou em avanços significativos no Brasil, dentre os avanços cabe destacar: Conferência Nacional de Juventude¹⁵; Grupo Interministerial ¹⁶GTI formado por 19 Ministérios e Secretarias de Estado, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Neste

¹⁵ Coordenado pela Comissão Especial de juventude da Câmara dos Deputados que organizou debates, conferencias sobre o tema em todo país.

¹⁶ Participaram da primeira reunião do grupo, além do ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), os ministros José Viegas (Defesa), Marina Silva (Meio Ambiente), Antonio Palocci (Fazenda), Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), Jorge Félix (Gabinete de Segurança Institucional), Agnelo Queiroz (Esportes), Humberto Costa (Saúde), Nilcéia Freire (Política para as Mulheres), Walfrido Mares Guia (Turismo), Ricardo Berzoini (Trabalho), Guido Mantega (Planejamento) e representantes da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, Justiça, Cultura, Promoção e Igualdade Racial e Direitos Humanos.

trabalho o Grupo contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinente sobre a situação da juventude; Realização do Projeto Juventude e do Instituto Cidadania¹⁷; encaminhamento do Projeto de Lei nº4.529/2007 propondo a criação do estatuto da Juventude, encaminhamento do Projeto de Lei nº 4.530/2004 o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens Brasileiros; Conselho Nacional de Juventude e de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estrutura da Secretaria-Geral Presidência da República. (Silva, 2009).

Coube ao Grupo Interministerial fazer um levantamento a respeito dos programas federais existentes e que eram voltados direta ou indiretamente para este segmento, bem como analisar as ações públicas direcionadas à juventude brasileira a luz de diagnóstico sobre a situação do jovem no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Instituto de Cidadania em 2000, que apontava para 34 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos (20% da população brasileira aproximadamente) e altos índices de problemas sociais: evasão e abandono escolar, defasagem série-idade e analfabetismo, desemprego, envolvimento com tráfico e uso de drogas, criminalidade e violência, gravidez precoce, AIDS e DST em geral, além de poucas oportunidades de esporte e lazer.

Feito o diagnóstico e os estudos necessários e comprovada a fragilidade institucional, a fragmentação nas ações voltadas para a juventude no Brasil o Grupo Interministerial sugeriu a necessidade urgente de criação de uma instância articulada, que tivesse entre outras atribuições combater o paralelismo e a fragmentação das ações direcionadas para a juventude no Brasil. Para, além disso, o Grupo Interministerial apresenta nove desafios que deveriam pautar a futura Política Nacional de Juventude: a) ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; b) erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia a informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Ademais, em resposta as necessidades detectadas pelo diagnóstico das condições de vida dos jovens de todo país realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial o governo federal, inicialmente sob a forma de medida provisória lei n. 11.121/2005 cria a Secretaria

¹⁷ Propiciou canais de debates em âmbito nacional com vistas a traçar o perfil da juventude brasileira.

Nacional de Juventude – SNJ¹⁸, que possibilitou agrupar todas as ações já existentes direcionadas para a juventude e fomentar a elaboração de políticas públicas voltados para juventude brasileira. Com a secretaria, também foi criado o programa ProJovem, na fase inicial carro chefe da política, voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estão fora da escola e do mercado de trabalho e o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE¹⁹. (Silva, 2009),

Para além dos desafios apontados, outra orientação do Grupo Interministerial segundo Silva (2009), acatada pela Presidência da República, foi à criação de um arcabouço institucional federal para a implementação da Política Nacional de Juventude, sendo elas:

1. **Secretaria Nacional de Juventude**, com as seguintes atribuições:
 - ✓ Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude.
 - ✓ Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
 - ✓ Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

2. **Conselho Nacional da Juventude**, criado para:
 - ✓ Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude;
 - ✓ Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.

3. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características:
 - ✓ Tinham entre 18 e 24 anos.
 - ✓ Haviam concluído a 4a série, mas não a 8a série do ensino fundamental.
 - ✓ Não tinham vínculo empregatício

¹⁸ Órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que buscou articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal.

¹⁹ CONJUVE - Conselho que tem caráter consultivo formado por 57 membros 1/3 de representantes de secretarias e ministérios e 2/3 de representantes da sociedade civil.

Sposito (2008) pontua que embora seja recente a criação de uma agenda pública em torno de ações governamentais dirigidas aos jovens, o Brasil tem evitado dissociar as iniciativas setoriais como; educação, saúde, entre outras do conjunto das denominadas políticas públicas de juventude, sobretudo tem se formado uma rede de atendimento por meio de projetos, programas e políticas que beneficiam a juventude brasileira.

No tópico seguinte serão apresentados os principais programas de Juventude criados no Brasil a partir dos avanços conquistados nas últimas décadas do século XX para atender a juventude brasileira.

1.6. Principais Programas de Juventude criados no Brasil a partir da Política Nacional de Juventude.

Segundo Silva (2009) dentre as iniciativas que foram colocadas em prática no decorrer deste processo de criação de Políticas Públicas de Juventude - PPJ pode-se observar abaixo a relação de programas federais de juventude existentes até setembro de 2007, agregados em eixos temáticos a exemplo: elevação de escolaridade; capacitação profissional e cidadania; qualificação e formação profissional; educação-ensino superior; financiamento e crédito rural; cultura, esporte e lazer; meio ambiente.

Eixo 1) ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA NO TOTAL DE 7 PROGRAMAS.

✓ **ProJovem:** voltado a certificação do ensino fundamental, capacitação inicial para mundo do trabalho, desenvolvimento de ações comunitárias, e pagamento de um auxílio financeiro de R\$ 100 por mês, direcionado para Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental objetiva a re-inserção do jovem através da formação, integrando aumento da escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária.

✓ **Projovem Adolescente:** Oferta atividades socioeducativas por um período de 24 meses, com introdução a conhecimentos sobre o mundo do trabalho, desenvolvimento de habilidades gerais e estímulos a práticas associativas, auxílio financeiro de R\$ 30 reais pago a família do adolescente.

✓ **Projovem Trabalhador:** Profissionalização, elevação de escolaridade, prestação de serviços comunitários e formação para a cidadania, e R\$ 600, distribuídos em 5

(cinco) parcelas de R\$ 120. Atende jovens entre 16 e 24 anos, provenientes de famílias de baixa renda (renda familiar per capita de até ½ SM).

✓ **Projovem Campo:** Elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial em produção rural, formação integrada ao mundo do trabalho e da cidadania. Pagamento financeiro de R\$ 100 reais. Direcionado aos jovens da agricultura familiar entre 18 a 29 anos.

✓ **Soldado Cidadão:** atividade de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com intuito de prepara-los para o mercado de trabalho.

✓ **Jovem Aprendiz:** aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado. Atende jovens de 14 a 24 anos.

✓ **Proeja:** Educação profissional integrada com ensino médio: cursos de formação inicial e continuada, com carga horária máxima de 1.600 horas. Direcionado a Jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental e tenham, no mínimo, 18 anos de idade.

Eixo 2) EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO E SUPERIOR NO TOTAL 2 PROGRAMAS

✓ **Universidade para Todos (ProUni):** Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes brasileiros de baixa renda. Direcionado a jovens com renda familiar per capita de até 1 e ½ SM, para bolsa integral, ou até 3 SMs, para bolsa parcial (50,0% do valor da mensalidade), e professores da rede pública que não tenham formação superior.

✓ **Projeto Rondon:** Desenvolvimento de trabalhos nas respectivas áreas de estudo, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias. Estudantes universitários.

Eixo 4) FINANCIAMENTO E CRÉDITO RURAL NO TOTAL DE 2 PROGRAMAS

✓ **Nossa PrimeiraTerra:** Assegura crédito e financiamentos com juros subsidiados para a compra de imóveis rurais. Voltado para jovens de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural.

✓ **Pronaf Jovem:** Financiamento de até R\$ 6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1,0% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto. Atende

jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.

Eixo 5) CULTURA, ESPORTE E LAZER NO TOTAL DE 4 PROGRAMAS

✓ **Bolsa Atleta:** Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. Direcionado a jovens maiores de 12 anos, atletas das categorias: estudantil, internacional, nacional e olímpico-paraolímpica.

✓ **Escola Aberta:** oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender à comunidade. Os coordenadores das oficinas recebem uma ajuda de custo mensal de R\$ 150. Voltado para Jovens e pessoas da comunidade.

✓ **Pontos de Cultura:** Ampliação do acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais. Repasse de cerca de R\$ 185 a cada Ponto de Cultura para a realização de suas atividades e para a aquisição de kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição. Atende População de localidades rurais, indígenas e quilombolas, e centros urbanos de todo o país.

✓ **Segundo Tempo:** Promoção do acesso de crianças e jovens adolescentes da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Direcionado a Crianças e adolescentes em situação de risco social.

Eixo 6) MEIO AMBIENTE NO TOTAL DE 1 PROGRAMA

✓ **Juventude e Meio Ambiente:** Realização de oficinas de formação em: educação ambiental, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política. Atende Jovens entre 15 e 29 anos.

Eixo) SAÚDE

✓ **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas:** submissão voluntária a testes em vírus de HIV, disponibilidade de preservativos nas escolas, informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, saúde reprodutiva e drogas.

✓ **Programa Saúde na Escola:** avaliação das condições de saúde, ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável, promoção das práticas corporais e atividades físicas, prevenção de gravídes e de doenças sexualmente transmissíveis.

✓ **Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania:** redução da exposição dos jovens a violência e à criminalidade.

✓ **Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens:** articulação política, levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a diminuição da violência e, sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil.

Como uma das principais preocupações com a juventude diz respeito redução de disparidades por meio da educação, trabalho e cidadania, os programas que estão sob o eixo 1 buscam desenvolver, de forma integrada, ações que visam à ampliação da escolaridade, à capacitação profissional e ao envolvimento com ações de cidadania: ProJovem – modalidades Urbano, Adolescente e Trabalhador, na submodalidade Juventude Cidadã – e Programa de Educação para Jovens - Proeja. Os demais programas do eixo 1 apresentam como foco central a capacitação para a inserção no mercado de trabalho, independentemente do grau de escolaridade do jovem. (Silva, 2009).

Mediante estas reflexões feitas sobre juventudes e política públicas de juventude, destaca-se na próxima seção, o Programa Nacional de Jovens – ProJovem, como sendo uma referência na expressão da Política de Juventude proposta pelo Governo Federal.

2. ProJovem Urbano: uma resposta a Juventude.

O currículo integrado pretende contemplar a realidade, fazendo com que o aluno aprenda a ver as situações a partir do maior número de pontos de vista possível. Uma escola assim é muito diferente da que nos faz ver tudo por um único prisma.

Jurjo Torres Santomé

Esta seção no primeiro momento versa sobre a trajetória de criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, considerado carro chefe da Política Nacional de Juventude, incluindo as mudanças ocorridas a partir de 2007 quando se tornou ProJovem

Integrado. O ProJovem Urbano lócus desta análise é uma das suas modalidades. E por fim, fará uma discussão a partir das suas três dimensões estruturantes, a saber, Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

2. 1. O Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano: PPI

O ProJovem²⁰, Programa Nacional de Inclusão de Jovens surge juntamente com a Política Nacional da Juventude em 2005 sendo um programa do Governo Federal criado sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) como proposta interministerial compartilhada da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), constituída de ações voltadas para a população juvenil na perspectiva de romper com o ciclo de reprodução de desigualdade e para inclusão de jovens entre 18 a 24 anos, através da formação que integra os três eixos de escolarização em nível fundamental, qualificação profissional básica e ainda uma formação/sensibilização para o exercício da cidadania voltadas para a comunidade com o duração de doze meses consecutivos e pagamento de bolsa de R\$ 100,00 para o participante. (PPI, 2008)

Todavia, em setembro de 2007 com o intuito de investir em uma política de juventude nacional com ações integradas, voltada para desenvolvimento dos jovens em situação de exclusão social o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva lançou o “novo” *ProJovem Integrado*²¹, um programa de juventude que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude a saber – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. (Silva, 2009).

Vale ressaltar que a elaboração do Relatório de Avaliação do ProJovem Original desde 2007, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE/POLIS (2009) em parceria com o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Polis)²² e sua apresentação em um seminário ocorrido em 9 de maio de 2008, com

²⁰ Editado pela Medida Provisória nº 238-b, de 01 de fevereiro de 2005, transformada na Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008.

²¹ Iniciou em 2008, teve como meta 768.055 jovens, sendo que, diferentemente do ProJovem Original, passou a contar com a participação direta dos Estados para atuarem junto aos municípios com população inferior a 200 mil habitantes, em todo o Brasil. No caso de municípios com número igual ou superior a 200 mil habitantes, a implantação do programa previu parceria direta com as Prefeituras locais.(PPI,2008).

²² Pesquisa realizada entre agosto e outubro de 2008 denominada “Juventude e integração Sul-Americana: diálogos para construir a democracia regional”, que entrevistou 14% mil pessoas a respeito da juventude e suas

participação de todas as universidades que compõem o sistema, além dos Ministérios, gestores do Programa, entidades e programas voltados para a juventude proporcionou as alterações no desenho do *ProJovem Urbano* corrigindo problemas na implementação do *ProJovem Original*. (PPI, 2008). O quadro que segue explicita como ficou organizado o novo ProJovem Integrado.

Quadro: 04 - Projovem Integrado - critérios, benefícios oferecidos, abrangência e posição de atendimento.

Modalidade PROJovem	Faixa etária	Crítérios seleção	Benefício oferecido	Valor e prazo do recebimento do auxílio	Abrangência	Situação
Urbano SNJ/SGPR	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Saber ler e escrever; Não ter concluído o E.F.; Ser membro de família com renda per capita de até meio SM. 	<ul style="list-style-type: none"> Certificação do E.F Formação Profissional Desenvolvimento de atividades de participação cidadã. 	<ul style="list-style-type: none"> R\$100,00/mês Período de 20 meses 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios com mais de 200 mil habitantes conveniados diretamente com o governo federal Municípios com menos de 200 mil habitantes conveniados via estados 	<ul style="list-style-type: none"> 163,924 alunos matriculados até maio de 2009
Trabalhador TME	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Ter frequentado o ensino fundamental e médio ou cursos de educação de jovens e adultos com conclusão e situação de desemprego; Pertencer à família com renda per capita de até um salário mínimo. 	<ul style="list-style-type: none"> Profissionalização; Experiências em ações comunitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 100,00/mês Período de 6 meses 	<ul style="list-style-type: none"> Nacional, funciona por meio de adesão de estados e municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> Em dezembro de 2008, 87 municípios, 14 estados, e o distrito Federal assinaram o termo de adesão, possibilitando a qualificação de 188,760 jovens no decorrer de 2009.
Campo MEC/MDA	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar na agricultura familiar; Saber ler e escrever; Não ter concluído o ensino fundamental; Não estar matriculado em curso regular. 	<ul style="list-style-type: none"> Elevação da escolaridade; Certificado em ensino fundamental; Qualificação profissional inicial em produção rural familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 100,00/mês Período de 12 meses 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios localizados nos territórios de cidadania em 19 estados da federação AL,BA,CE,MA,PE,PI,RN,SE,MT,MS,S C,PR,MG,ES,AM,P R,MG,ES,AM,PA,R O e TO. 	<ul style="list-style-type: none"> Foram ofertadas 35 vagas em 2008 e encontra-se em processo de resolução para o atendimento da meta de 2009 – 48,377 jovens aguardando publicação pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – julho 2009
Adolescente MDS	15 a 17	<ul style="list-style-type: none"> Pertencer à família em condição de extrema pobreza e beneficiária da bolsa família; Ter frequência escolar de 75%; Ser egresso do PET; Ser egresso ou vinculado a programas de combate ao abuso e a exploração sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades socioeducativas; Introdução sobre o conhecimento sobre o mundo do trabalho; Desenvolvimento de habilidades gerais e estímulos a práticas educativas 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 30,00/mês pago às famílias com jovens de 16 e 17 anos; Cada família pode receber no máximo 2 benefícios totalizando R\$ 60,00 	<ul style="list-style-type: none"> Nacional, mas os municípios são selecionados, por meio de alguns critérios como, possuir pelo menos um CRAS, e reunir, no mínimo 40 adolescentes cujas famílias recebam o bolsa família. 	<ul style="list-style-type: none"> Até novembro de 2008 foram instaladas 17.557 turmas, sendo preenchidas 438 mil vagas.

Fonte: Ministérios Setoriais

Elaboração das autoras: Silva e Andrade (2009).

questões. Sua amostra era composta por 50% jovens – 18 a 29 anos e 50% de adultos – 30 a 60 anos e foi realizada em 6 países da América do Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil.

O quadro acima descreve mudança pelo qual passou o Projovem Integrado, às características, e, os ministérios dos quais fazem parte, os benefícios oferecidos, bem como todos os critérios de inclusão para beneficiários e para Estados ou municípios participantes.

A apresentação do Projovem Integrado aos representantes de municípios e Estados da federação, aconteceu no dia 1º de janeiro de 2008 e teve início a sua implementação em agosto deste mesmo ano. Destaca-se que o Projovem na modalidade Urbano lócus, desta pesquisa, busca estabelecer um novo paradigma de educação com a implementação do *Projeto Pedagógico Integrado*²³(PPI), o que impõe uma formação diferenciada para *gestores e educadores*²⁴. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões em um processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão, direcionado a jovens entre 18 e 29 anos de idade que saibam ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental, com duração de 18 meses e com benefício mensal de 100 reais. E para, além disso, se constitui uma política de continuidade, reformulada do Projovem Original. (Silva, 2009).

De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado – PPI, o Projovem Urbano se caracteriza por apresentar: propostas inovadoras de gestão inter-setorial, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF; Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa; um completo e inovador Sistema de Monitoramento e Avaliação de todas as ações desenvolvidas ao longo do programa.

O Projovem Urbano permite distinguir os aspectos essenciais de sua proposta exposta acima, que incorpora, amplia e aprimora o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem objetivando tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania o que permite ao jovem se reconhecer como sujeito de direitos e deveres de forma que se produza um diálogo aberto de escutas e aprendizados mútuos. A figura a baixo aponta esta articulação da proposta interdisciplinar do Projovem Urbano:

²³ Foi concluída a elaboração do Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano em 2008,, sendo submetido ao Conselho Nacional de Educação em julho e aprovado em novembro do mesmo ano, por meio do Parecer CNE/CEB N° 18/2008, de 12 de novembro de 2008.

²⁴ Proporciona formação inicial e continuada aos profissionais atuantes no programa, voltada essencialmente à garantia da unidade de seus princípios pedagógicos. A Coordenação Nacional do Projovem Urbano dedicou-se à elaboração, produção e distribuição do Plano Nacional de Formação para gestores e educadores.

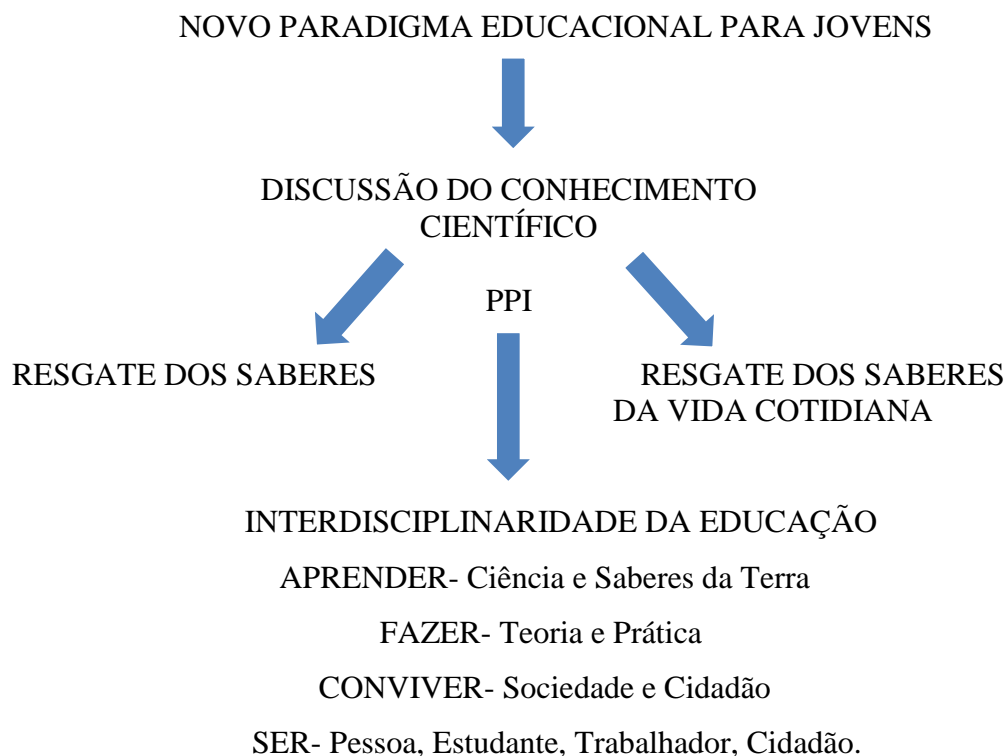


Figura 1: Paradigma Educacional.

Fonte: Elaboração da autora, baseado no PPI (2008).

Busca desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional em que o jovem atue como sujeito construtor em tudo o que faça sentido para eles, com base nesta perspectiva o currículo do ProJovem Urbano se sustenta na integração de três dimensões fundamentais a saber: Ensino-Aprendizagem, que eleva o nível de escolaridade que correspondem as Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e a certificação correspondente, e ao mesmo tempo fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. A figura a baixo aponta esta articulação entre os eixos estruturantes:

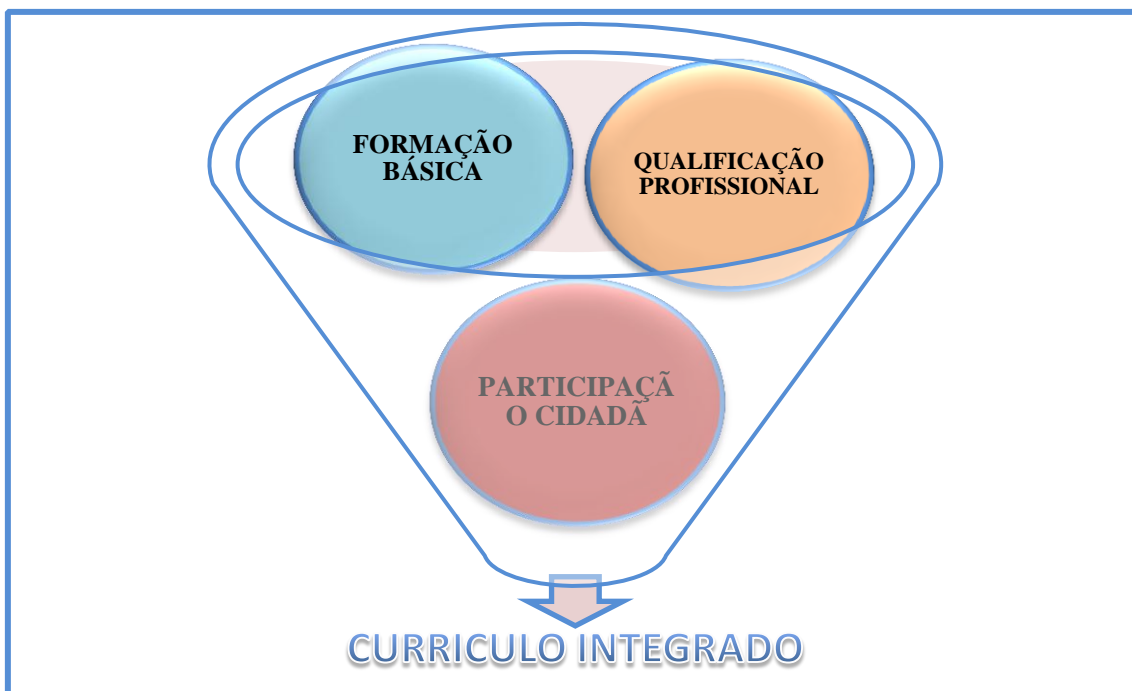


Figura 2: Eixos Estruturantes do currículo do ProJovem Urbano.
Fonte: Elaboração da autora, com a fonte do PPI (2008).

Assim proposto esse currículo visa superar o que poderia ser visto como boas intenções pedagógicas de promover ações de ensino aprendizagem da quais os sujeitos não sejam apenas receptores de conhecimento, mas, acima de tudo sujeitos ativos desse processo, participantes diretos de forma que o currículo abranja todos os âmbitos de sua vida.

No que concerne a Qualificação Profissional, esta deverá possibilitar experiências profissionais, a partir da inserção nos arcos ocupacionais oferecidos pelo programa, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível tanto as necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às suas vivências cotidianas. A figura abaixo apresenta como se organiza a dimensão da QP:

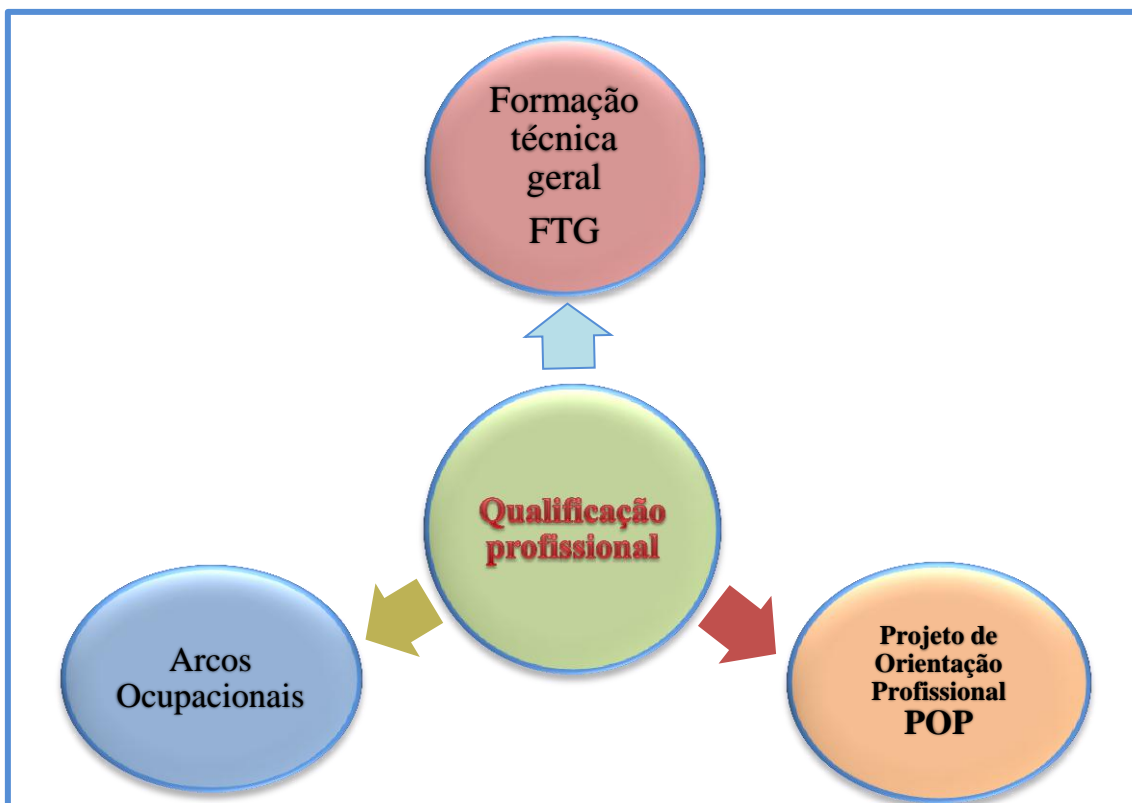


Figura 3: Dimensões da Qualificação Profissional.
 Fonte: Elaboração da autora, com a fonte do PPI (2008).

Para a Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais promover o desenvolvimento de uma ação comunitária em que o aluno seja o participante desde o momento da construção até a aplicação na comunidade, com vistas à formação de valores solidários, por meio de reflexões sobre conceitos básicos sobre a participação em articulação com as disciplinas diárias da formação básica. A figura abaixo demonstra a composição da dimensão tratada:

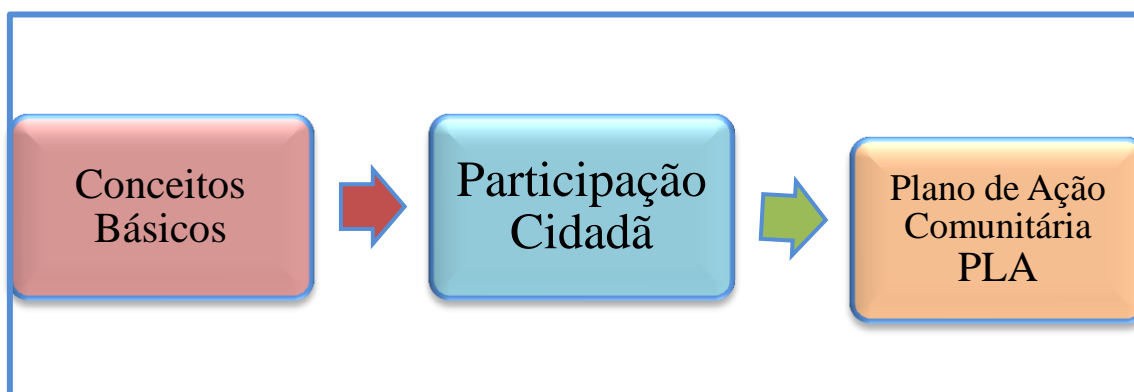


Figura 4: Dimensões da Participação Cidadã
 Fonte: Elaboração da autora, com a fonte do PPI (2008).

Outro diferencial do currículo do proJovem Urbano trata-se das grandes áreas temáticas, as chamadas Unidades Formativas articuladas aos eixos estruturantes que são os Temas Integradores e aos conteúdos disciplinares, propondo, estudos teóricos- práticos que envolvam a escolaridade o trabalho e a participação cidadã.

Neste sentido, a organização didático-pedagógica do curso é realizada por meio das unidades formativas. Cada unidade formativa se articula com um eixo estruturante, que por sua vez funciona em cada unidade formativa como uma situação problema na cotidianidade dos jovens. As Unidades Formativas²⁵, e os Temas Integradores contempladas do ProJovem Urbano, são as descritas a seguir:

UNIDADES FORMATIVAS	
Unidade Formativa I	Juventude e Cultura
Unidade Formativa II	Juventude e Cidade
Unidade Formativa III	Juventude e Trabalho
Unidade Formativa IV	Juventude e Comunicação
Unidade Formativa V	Juventude e Tecnologia
Unidade Formativa VI	Juventude e Cidadania
TEMAS INTEGRADORES	
Identidade do jovem	
Os “territórios” da juventude urbana	
Violência e vida do jovem	
Violência e vida do jovem	
Juventude e qualidade de vida	
Juventude e responsabilidade ambiental	

Quadro 5: Unidades Formativas e Temas Integradores do PJU
 Fonte: Elaboração da autora, com a fonte do PPI (2008).

²⁵ Na primeira versão do programa eram apenas quatro unidades formativas, foram acrescentadas as unidades I e V no ProJovem Urbano.

2.2. Programa ProJovem Urbano no Amazonas

A Região Norte 2 contempla os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. No Amazonas o ProJovem Urbano tem uma coordenação estadual da Secretaria Estadual de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL), em que fazem parte os municípios de Manacapuru, Autazes, Iranduba, Itacoatiara, Parintins, Tefé, Coari e Maués; outra municipal pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que concentra a capital Manaus. Na figura abaixo se observa que no Amazonas o Projovem Urbano atende a um total de 11,400 jovens distribuídos nos 8 municípios já citados.

Amazonas = 11.400 Jovens



Figura 5: Quantitativo de Jovens por municípios no Amazonas
FONTE: Pesquisa documental, Getra, 2011.

Para a realização das atividades do PJU, a figura a seguir revela a composição dos Estados que fazem parte do programa. A Universidade Federal do Amazonas – UFAM é responsável pela Coordenação geral da Região Norte II. Sendo que, em Roraima a sub-coordenação está a cargo da Universidade Federal de Roraima – UFRR, já no Acre está sob a responsabilidade da Universidade Federal do Acre - UFAC e em Rondônia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.



Figura 6: SMA/UFAM- REGIÃO NORTE II
 Fonte: Pesquisa documental, Getra, 2011.

Após conhecer o Projovem e seus desdobramentos até se tornar ProJovem Urbano pensado para atender um público específico excluído da juventude brasileira, no tópico seguinte será realizado um discussão a respeito da Formação Básica e juventude .

2.3. Formação Básica e a Juventude brasileira

No Brasil ao ser analisada a situação educacional dos jovens, evidenciam-se diversas distorções decorrentes, sobretudo, do processo educativo, a saber: existência de quase 1,5 milhão de analfabetos; persistência de elevada distorção idade – série, o que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada, baixa frequência ao ensino superior e restritas oportunidades de acesso á educação profissional para grande maioria de jovens de das periferias das grandes cidades. (Corbucci, 2010).

Esta situação em geral apresenta grandes desafios, porém, se agrava mais quando se trata de jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista as condições de vida em que se encontram, as dificuldades de acesso à educação de qualidade e desemprego são alarmantes. O relatório de desenvolvimento Juvenil (2007) citado por Silva (2009) aponta que de 2001 a 2006 o número de jovens que não estudam passou de 51,4% para 53, 1%. Em se tratando da taxa de desemprego consta que ela cresceu cerca 100% nos últimos anos, passando de 21 milhões, em 1995, para 4,2 milhões em 2005. Tais dados sinalizam a importante relação entre a educação de qualidade e a perspectiva de entrada no

mercado de trabalho, ou seja, o jovem que não possui condições de permanecer na escola por diversos fatores sociais em que vive, conseqüentemente estará impossibilitado de adentrar no mercado de trabalho por não possuir o certificado de conclusão do ensino médio exigido pelo empregador.

Neste sentido, de acordo com Silva (2009) considerando que o Brasil tem mais de 190 milhões de habitantes sendo que metade dessa população é constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos os dados apresentados a seguir são preocupantes:

[...] Mais de 18 milhões de jovens (estavam) fora da escola e, que desses, quase dois milhões eram analfabetos, 91,9% viviam em famílias com renda per capita de até um salário mínimo e 70% habitavam a região mais pobre do país, a região Nordeste Norte [...] O IBGE aponta que dos quase 16 milhões matriculados nas escolas brasileiras, “66,3% estavam na faixa etária entre 15 e 19 anos e 24,3% entre 20 e 24 anos. No ensino superior, apenas 10,9% desse total (BRENNER, et al, 2005).

Entre as diversas desigualdades que afetam a juventude no Brasil em relação à educação, “a situação de renda e cor é especialmente determinante”, se observa que existe grande dificuldade de jovens ascenderem socialmente por meio da educação sendo de cor negra e parda. (Brenner, et al, 2005).

De acordo com o IBGE (2008) citado por Silva (2009) os jovens que vivem em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo tinham, em média, cinco anos de estudo. Em contrapartida, os jovens provenientes de famílias com renda acima de um salário mínimo tinham 9,5 anos de estudo. Fica evidente, portanto, a importância da escolarização no enfrentamento da situação de pobreza. A população negra e parda - com mais de 10 anos de idade - tem em média cinco anos de estudo, contra 7 anos de estudo entre a população branca, daí a importância de programas que visem diminuir este distanciamento entre jovens que vivem o mesmo tempo histórico e vivenciam experiências tão diferenciadas por conta da condição social.

Neste sentido de acordo com Bandeira (2006), quando se fala em educação no Brasil em geral, tem se tornado uma grave problemática que apresenta uma característica de precariedade de todos os níveis de ensino/aprendizagem. Apesar de o país investir cerca de 5, 29% do PIB em educação, tal investimento torna-se pouco frente às demandas sociais que urgem por respostas há séculos, sobretudo no que se refere à qualidade social de uma rede

educacional, onde todos tenham acesso e permaneçam na escola até a conclusão dos estudos em tempo previsto.

No entanto, não é isso que é visualizado no Brasil, quando analisada a situação educacional dos jovens, evidenciam-se diversas distorções decorrentes, em grande medida, do processo educativo: existência de quase 1,5 milhão de analfabetos; persistência de elevada distorção idade – série, o que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada; baixa frequência ao ensino superior; e restritas oportunidades de acesso à educação profissional. (Corbucci, 2010).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) citado por Brenner et al (2005), entre os jovens de 15 a 24 anos no Brasil a situação da educação se apresenta caótica, 1,2 milhões de jovens, correspondente a 3,8% do total eram analfabetos, outros 12,9 milhões, equivalente a 39% não tinham o ensino médio, 4,5 milhões, ou 13,7 concluíram o ensino fundamental, 5,7 milhões, ou 17,4% começaram a cursar o ensino médio onde apenas 19,8 do total, correspondente a 6,6 milhões tinham concluído e por fim 2,1 milhões ou 6,2% cursaram pelo menos 1 ano de faculdade. Isso evidencia a necessidade do contínuo exame das relações entre escola e trabalho sob o ponto de vista dos jovens, pois mesmo afetados pelo desemprego, não entram todos em atitude de abandono de suas pretensões de escolaridade.

No entanto, algumas mudanças positivas tem se percebido nos últimos anos, os dados da pesquisa Juventude e democracia no Brasil²⁶ citado por Duarte (2009) confirmam um significativo crescimento do acesso à escola por parte da população juvenil, sobretudo, a partir da década de 1990, todavia, este crescimento vem desprovido de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequado das unidades escolares. Em 2006, 63% dos jovens estavam estudando, sendo que os garotos estudam mais: 91% dos homens, entre 15 e 17 anos frequentam a escola, e 88% das mulheres; na faixa etária dos 18 a 20 anos, 64% dos homens e 61% das mulheres. Isso vai diminuindo conforme o aumento da idade.

Neste sentido contribui Sposito (2008) afirmando que embora mais da metade dos jovens já consiga atingir o último degrau da educação básica no Brasil, cerca de 30% sofrem um atraso escolar significativo, pois não terminam com a faixa etária ideal como deveria.

²⁶ Pesquisa Juventude e democracia no Brasil – esferas públicas e políticas Sociais e Econômicas – IBASE, Instituto de Estudos Formação e Assessorias em Políticas Sociais – PÓLIS apoiado pelo IDRC – Canadá e desenvolvida em parceria com a rede de instituições sociais e em articulação com a Secretaria Geral da Presidência da República.

Com base nesta estatística que se deu início a criação de programas de inclusão de jovens a rede educacional dentre estes o ProJovem Urbano.

Dayrell (2007) considera que a escola hoje não contribui, bem como não proporciona aos jovens acesso as condições materiais para vivenciarem sua condição juvenil, que este papel tinha que ser cumprido sim pela escola, e não é, pelo contrário tem se percebido que a instituição escolar tem sido um grande instrumento de exclusão, que atualmente só se preocupa em alcançar dados quantitativos e deixa de lado o principal que é a qualidade, o que tem gerado grande frustração e fracasso pessoal e escolar nos jovens que não recebem motivação para continuar seus estudos até o final.

Ademais, a herança cultural exerce importante papel na geração das desigualdades sociais também no campo educacional, tendo em vista que normalmente as escolas a que os jovens das periferias das grandes cidades têm acesso são de péssima qualidade e não oferecem o mínimo de estrutura física e educacional. Para, além disto, como se não bastasse às diferenças econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo jovem de baixo poder aquisitivo, o mesmo ainda encontra um grande obstáculo ao adentrar no universo educacional, ocasionado pela existência de dois tipos de cultura, uma feita para os ricos, tida como cultura de elite e outra feita para os pobres, chamada cultura popular e que somente a primeira garante bons empregos, bons salários, ascensão social e um futuro promissor. (Carmo, 2001)

Corbucci (2010) afirma que a situação educacional dos jovens brasileiros ainda é bastante precária. A alta incidência de repetência e de evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social, está seriamente comprometida. A escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentação que torne as chances sociais menos desiguais. Neste sentido, para garantir a continuação do ensino de qualidade é necessário que jovem seja participativo nos debates sobre seu cotidiano escolar e estimule a participação de outros jovens para que assim, conjuntamente possam buscar soluções através de políticas públicas para a melhoria do ensino e qualidade da educação no país principalmente na escola pública.

Todavia, apesar de todas as dificuldades já pontuadas e enfrentadas pela juventude brasileira atualmente os jovens possuem mais acesso à escolarização formal e nela permanecem por mais tempo; contudo, a permanência ainda se caracteriza, em larga escala,

por reprovações sistemáticas, abandono e evasão que criam graves distorções entre idade ideal e série escolar. (Relatório de Gestão, 2008-2009).

A realidade de acordo com Duarte (2009) é que o processo educacional nas últimas décadas do século XX vem sofrendo algumas modificações, com a globalização, a explosão da informática, e as novas tendências de mercado engendraram na necessidade de desenvolvimento de novas técnicas de ensino-aprendizagem, nas quais o aluno não mais fosse um agente passivo em que o docente despeja o conhecimento e o discente simplesmente o absorve, agora as técnicas de ensino-aprendizagem são desenvolvidas de forma sistemática e minuciosamente planejadas, de forma que o educando, agente de sua própria apreensão do conhecimento, desencadeie o desejo, a atitude ativa na aquisição do mesmo, sendo assim, o aluno percebe a relação da educação com o seu meio e se transforma em sujeito responsável pelo seu processo de aprendizagem juntamente com o educador, ou seja, não adianta ensinar se o aluno não está propício a aprender, os seres humanos apreendem aquilo que lhes é útil, então, se o educador consegue fazer com que seus alunos criem consciência, desenvolvam um significado de o porquê apreender tal conteúdo, seja lhes mostrando a aplicabilidade ou mostrando-lhe a realidade da vida, tais conhecimentos serão apreendidos de modo mais consistente, sendo assim a aprendizagem será mais eficiente.

É interessante notar que os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, e oportunidade de social e cultural, atingem justamente a esse segmento populacional neste dado período de acordo com Sposito (2008). Com isso este segmento populacional torna-se objeto de grande interesse social do governo, propondo a identificação das principais questões que afetam os jovens brasileiros na atualidade. Temos então investimentos massivos, sobretudo, a partir de 2005 na área de educação (mesmo que em prol do acúmulo de capital humano), saúde, qualificação profissional, incentivo à participação política juvenil. O positivo é que se passa a entender que a condição juvenil demanda a articulação de políticas gerais com políticas específicas, além da integração de políticas coordenadas por diversas instituições, de distintos setores do Estado brasileiro em nível municipal, estadual e federal.

Aliás, um indicador da importância de se promover a articulação de políticas para a juventude pode ser medida pela atual multiplicidade de conceitos sobre "juventude" já citados acima, presentes nos programas estatais. A operacionalização de cada um desses programas conta com diferentes faixas etárias, cada qual focado em uma parcela da população juvenil e direcionado a atender demandas específicas deste público.

O Projovem Urbano objeto a que se volta esta análise, surge nessa perspectiva, ou seja, como ação governamental que objetiva incluir socialmente jovens de específica faixa etária promovendo a Educação aliada a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. O desenvolvimento do programa está voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas.

Sposito (2008) relata que atualmente as políticas de juventude não são de caráter universais, o que deixa de assegurar os direitos básicos trazidos pela modernidade, são voltadas para necessidade imediata de combate a pobreza e ainda funcionam de forma seletiva, focalizada e excludente. Mediante a isso se percebe que no Brasil ainda não foi garantido ao jovem um patamar satisfatório de acesso ao sistema educativo, bem como a permanência do mesmo na rede educacional, tendo em vista o alto índice de adolescentes pobres, analfabetos e com atraso escolar, o que deixa o Brasil em desvantagem a outros países da América – latina que não só universalizaram o acesso ao ensino básico como ampliaram o número de matrículas no ensino superior.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que o Brasil tem avançado no campo da educação nas últimas décadas, entretanto, ainda há muito para ser feito, pois, desde os primeiros anos de nossa descoberta, sofre-se da falta de estrutura e investimento nessa área. A postura mais adotada desde o princípio em nosso país é a de uma pedagogia tradicional, muito embora se saiba que há quem busque imprimir nas suas práticas teórico-metodológicas uma nova forma de educar. (Relatório de Gestão, 2008-2009).

É preciso considerar ainda ao pensar em educação e escolarização, principalmente quando tratamos de juventude que a humanidade vive hoje, um momento de sua história marcado por grandes transformações decorrentes, sobretudo do avanço tecnológico. Esta nova condição, exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica. Sendo a educação uma mediadora dessas práticas, para enfrentar o grande desafio do milênio²⁷, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania do semente juvenil.

No tópico seguinte iremos abordar a respeito da qualificação profissional e mercado de trabalho para a juventude.

²⁷ Superar o alto índice de desemprego, e criar postos de trabalhos para todos que dele necessitem.

2.4. Qualificação Profissional e a Juventude brasileira

No Brasil devido aos avanços tecnológicos, as crises econômicas, dentre outros fatores de cunho econômico, político e social há uma situação de desemprego estrutural para a população como um todo, sobretudo, para os jovens que por não terem experiência profissional e já entrarem no mercado de trabalho numa situação de precarização do trabalho as dificuldades se colocam em patamares maiores, tendo em vista a existências de milhões de jovens desempregados segundo estudos da Organização Internacional Trabalho – OIT, número que somava 17% no primeiro trimestre de 2008 ou em situação de trabalho informal. (Silva, 2009)

Ademais, quanto à distribuição etária do desemprego, os índices totais chegaram a 27,3% para os jovens entre 15 e 19 anos e 18,9% para os entre 20 e 24 anos de idade. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado, dos 17,2 milhões de jovens ocupados, 10,5 milhões tinham entre 20 e 24 anos e apenas seis milhões estavam em empregos formais. Entre os jovens desocupados, aproximadamente 50% deles estavam à procura do primeiro emprego. (Brenner, et al, 2005).

Não obstante, observa-se cada vez menos a utilização da mão-de-obra humana, devido à substituição por novas tecnologias dos maquinários, configurando, assim, um aumento no número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais em todo o mundo. Vale salientar que a situação de precarização do trabalho atinge a toda a população independente de raça, gênero, situação de renda ou idade, porém percebe-se que os pobres, os negros, as mulheres e principalmente os jovens se encontram em maior situação de déficit de trabalho em condições dignas, sendo estes os que apresentam os maiores índices de desemprego.

Esta realidade em que está inserida a juventude brasileira, de acordo com Novaes (2008), é adversa, mas vale destacar que os jovens são os que mais são afetados com a situação de exclusão social, com condições precárias de educação, trabalho, alimentação e moradia, sofrem os maiores impactos por não terem boas condições de qualificação profissional, bem como, baixos índices de escolarização diminuindo as chances de entrarem no mercado formal de trabalho. Assim, a trajetória profissional desses jovens encontra-se marcada pela informalidade, contratos temporários e alto índice de desemprego.

Este desafio se torna maior devido à dificuldade de permanência na escola, uma vez que a necessidade de contribuir com a renda familiar empurra o jovem a se submeter a subempregos com baixa remuneração e em situações precárias, sobretudo, porque ao precisar

trabalhar a primeira atitude que toma e deixar de estudar, o que diminui consideravelmente suas chances de conseguir um emprego melhor e principalmente de usufruir seus direitos como indivíduos que vivem dignamente a sua cidadania. Tal situação é confirmada pela UNESCO:

Nos tempos atuais os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violência, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer, e esporte. Este quadro desperta preocupações, na medida em que os jovens além de uma promessa de futuro para o país constituem uma geração com necessidades no presente. (UNESCO, 2004:15).

Segundo Silva (2009) diante desse quadro de desigualdade social e desemprego entre os jovens, órgãos internacionais como a OIT em conjunto com vários países deram início nos anos 2000 a elaboração de agendas de promoção do Trabalho Decente, a fim de garantir emprego formal com boas condições de trabalho e sobrevivência para as pessoas, inclusive os jovens. Essas agendas têm o intuito de promover ações que melhorem a qualificação dos indivíduos, bem como, garantir a geração de emprego e renda à população para propiciar o desenvolvimento social e econômico dos países.

Para tentar mudar este quadro a promoção do Trabalho Decente, desde então vem sendo considerado uma prioridade política do Governo brasileiro, assim como dos demais governos do hemisfério americano, sobretudo para os jovens, sendo esta definida através de 11 conferências e reuniões internacionais de grande relevância, realizadas entre setembro de 2003 e novembro de 2005. Entre estas se destacam: a Conferência Regional de Emprego do Mercosul (Buenos Aires, abril de 2004), a XIII e a XIV Conferências Interamericanas de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) – Salvador, setembro de 2003, e Cidade do México, setembro de 2005 –, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) – Nova York, setembro de 2005 – e a IV Cúpula das Américas – Mar Del Plata, novembro de 2005. (OIT, 2009).

Um ponto que marcou a trajetória de ações de promoção da agenda do Trabalho Decente foi a Assembleia Geral da ONU que adotou em setembro de 2005 pelos chefes de Estado e de Governo em sua Resolução final a definição do Trabalho Decente como um objetivo nacional e internacional, nos seguintes termos:

Apoiamos firmemente uma globalização justa e resolvemos fazer com que os objetivos do emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, especialmente para as mulheres e os jovens, sejam uma meta fundamental das nossas políticas nacionais e internacionais e de nossas estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo as estratégias de redução da pobreza, como parte de nossos esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (OIT, 2009).

De acordo com os prognósticos apresentados por este relatório, haverá um crescimento cada vez maior de trabalhadores sem vínculos empregatícios nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. E afirma ainda que em 2015 aproximadamente 200 milhões de pessoas estarão à procura de emprego.

Neste sentido no que tange a juventude brasileira, temos uma parcela significativa que possui dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho. É verificada sua inserção de forma precarizada, cujos dados revelam que “os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora” (OIT, 2009).

Evidencia – se ainda que os jovens ingressam no mercado de trabalho informal precário muito cedo devido à situação sócio-econômica que apresentam suas famílias com vistas à obtenção de independência financeira, bem como para contribuir com a renda familiar sendo este um dos principais motivos do abandono da rede educacional. Seria essencial que o ingresso desses jovens no mercado de trabalho não prejudicasse a sua formação profissional e educacional.

É real a contradição entre a necessidade efetiva que muitos jovens têm de trabalhar e o fato de que uma inserção precoce e de má qualidade no mercado de trabalho compromete o seu futuro e, em especial, as suas possibilidades de construção de uma trajetória do trabalho decente (OIT, 2009, p. 25-26).

Pesquisas realizadas pela OIT nos últimos dez anos mostraram que as taxas de desemprego juvenil no país variam de acordo com a situação financeira, as regiões do país, sexo, dentre outros aspectos. Os índices são maiores nas regiões Norte e Nordeste que são marcadas por uma maior vulnerabilidade social, bem como, os pobres se encontram em situações mais precárias de subemprego e informalidade. Esses estudos também demonstram que as mulheres têm mais dificuldades em conseguir emprego, bem como, tem salários menores que os dos homens. Vale ressaltar, que muitas mulheres ainda ocupam um status de donas de casa que cuidam da família e dos afazeres domésticos, estando nas estatísticas de jovens que não trabalham formalmente e não estudam. Além disso, os jovens negros

desempregados são em uma porcentagem mais elevada que os jovens brancos com mesma idade. (Silva, 2009).

Cattani (2004, p.61) corrobora afirmando que “A falta de trabalho afeta os jovens mais do que qualquer outra faixa da população. No início do século XXI, nas áreas urbanas, de 20 a 25% dos jovens entre 18 e 25 anos estavam desempregados, índice que era praticamente o mesmo tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos do mundo ocidental”. É válido ressaltar que os altos índices de desemprego atingem também jovens com curso técnico completo, bem como com nível superior.

Já para Duarte o desemprego juvenil tem se configurado nos últimos anos como uma praga globalizada que afeta grande parte da população jovem de todo o mundo, e principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Ao final dos anos 90 no Brasil, os dados referentes ao desemprego juvenil e a acentuação dos processos de sua precarização social estimulam a demanda por políticas de inclusão, tanto assistenciais como de promoção da juventude, para um estrato qualificado de integração na sociedade frente ao enfraquecimento da ação do Estado em atender essas demandas devido às novas orientações políticas apresentadas pelo neoliberalismo, que se estabelece de forma hegemônica no Brasil a partir desta mesma década. (Carraro&Sposito 2003).

Abad (2008) elabora acerca da crise consequente desta opção política adotada pelo Estado brasileiro, escrevendo que:

Essa espécie de “crise telúrica”, causado pelo deslocamento das placas tectônicas que sustentaram a criação da forma Estado, origina-se das pressões do contexto político e econômico, definidas pela dinâmica da mundialização capitalista, o desenvolvimento tecnológico pós-Ford e a globalização dos mercados, bem como a existência de uma Multidão sempre em expansão, cujo desejo, como ação política, ultrapassa as máquinas do domínio. Ambos os polos de atração, de signos claramente opostos, estão ocasionando o esvaziamento de sentido dos tradicionais sistemas mediadores de interesses entre a sociedade e o Estado, que se soma aos habituais e não resolvidos problemas de iniquidade. (ABAD, p.19).

Para mudar esse quadro a partir deste período os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tem apostado na formação profissional, sendo este um aspecto diretamente ligado às questões do desemprego e das desigualdades vivenciadas pelos jovens. Num país de grande desigualdade social e diferentes oportunidades, as discrepâncias são explícitas. Enquanto jovens com formação de alto nível tem maior possibilidade de adentrar no mercado

de trabalho, um enorme contingente de pessoas, com pouca ou nenhuma formação e que não tiveram oportunidade, lutam diariamente para conseguir o primeiro emprego criando um contingente de jovens com pouca escolarização, escassa qualificação para o trabalho, que ainda se encontra na condição humana da necessidade.

Pode-se tomar por referência uma especificidade da juventude brasileira que merece ser destacada é o fato de tratar-se de uma “juventude trabalhadora brasileira”. Nossos jovens ingressam muito cedo no mercado de trabalho seja no setor formal ou informal e muitas vezes essa entrada ocorre ainda na infância, antes dos 14 anos. Essa inserção precoce faz com que ocorra um desestímulo à continuação aos estudos, seja por causa das longas jornadas de trabalho, ou pela precariedade das ocupações. (Sposito, 2008).

Ademais, embora sejam visualizadas diversas ações voltadas para promover a inserção do jovem no mercado de trabalho é importante à construção de uma agenda que busque a promoção de emprego e renda para este segmento de forma decente em nível nacional para melhorar o desenvolvimento social e econômico do país, uma vez, que os jovens devem ser vistos como parte importante deste processo, já que eles serão os futuros adultos do país. Assim, se faz necessário elaborar e implementar políticas públicas que garantam geração de emprego e renda em condições dignas para que esses jovens possam desenvolver suas habilidades e conseguir melhores condições de escolaridade.

Na próxima seção abordaremos a questão da Participação Cidadã com vistas ao protagonismo juvenil.

2.5. Participação Cidadã e a Juventude brasileira

Quanto à *Cidadania*, Duarte (2009) concebe este termo como a capacidade do ser jovem individual ou coletiva de definir novos caminhos em busca de aparatos legais para si e para a comunidade em que vive, por meio de movimentações, mobilizações com vistas a superar limitações impostas e desenvolver capacidade de reivindicar novos direitos, transpondo limites daqueles reconhecidos por eles.

Um marco histórico que merece ser pontuado no que concerne à participação juvenil se refere ao movimento de redemocratização que aconteceu no Brasil nos anos 1980 e 1990, tendo em vista a visibilidade alcançada pela juventude no cenário político brasileiro e em distintos movimentos sociais na contemporaneidade, que redesenhou a agenda pública dos governos federais, estaduais e municipais, sobretudo, com ênfase na participação da juventude

universitária. Sendo, reconhecido ainda que a juventude é historicamente protagonista nas lutas populares, de massa, pois acredita que é através destas que se opõe ao projeto hegemônico. É democratizando o poder por meio da criação dos espaços políticos que se amplia a participação e, conseqüentemente, se exerce influência nas decisões políticas. (Sposito, 2007).

Uma tendência atual, levantada por Miguel Abad (2001) com relação à cidadania, visa reconhecer e incluir na cena pública os “novos atores sociais e as novas formas de participação”. Esse é o caso dos jovens, os quais, por serem considerados “novos atores sociais”, para exercerem sua cidadania, precisam construir novos espaços, onde sejam oferecidas oportunidades para que a capacidade e a escolha de influir com poder nas decisões que os afetam sejam legitimadas.

Neste sentido, afirma Santos (2006) que a primeira ideia que se tem ao falar no termo protagonismo é a de participação, ou seja, participação e protagonismo por vezes aparecem como sinônimos. É certo para os autores estudiosos da área que a distinção conceitual entre participação e protagonismo ainda não é clara, pois um autor pode se referir ao protagonismo em contextos em que outro falaria de participação, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos, a verdade é que ambos visam proporcionar ao jovem a possibilidade de se tornarem seres relacionais que possuem senso crítico que precisa ser despertado pelas situações de negações de seus direitos.

Alguns autores²⁸ chegam inclusive a defender o emprego da palavra participação ao invés de protagonismo, pela primeira ser de uso mais corrente na língua portuguesa e a maior facilidade para explicar o que é participação no contexto de programas ou campanhas que visem promover o seu envolvimento nos processos decisórios para transformações sociais.

Segundo Brenner et al (2005) no que se refere à participação da juventude em debates que envolvem assuntos de seu interesse, se observa uma baixa participação dos jovens em entidades estudantis e em atividades de organizações políticas. Por outro lado, têm-se também dados que apontam que os jovens participam da vida social pública por meio de distintas formas associativas especialmente aquelas que se relacionam com a cultura, a diversão e a religiosidade, bem como, tem crescido o interesse deste segmento com relação a estar participando dos conselhos e fóruns de juventude que acontecem no Brasil e no mundo. Vale

²⁸ Abramo & Branco, 2005; Balardini, 2005; Castro e Correa, 2005; Christensen & James, 2005; Novaes, 2008; Abramovay & Castro, 2007; Rizzini, Pereira, Thapliyal, 2007; Silva, 2007.

ressaltar que os baixos índices de associação dos jovens às instituições sociais, notadamente políticas, acompanham tendência do conjunto da população, que pouco se interessa em se filiar a partidos políticos.

Neste sentido contribui Novaes (2008) afirmando que este desinteresse em relação à política e a participação coletiva para mudanças sociais hoje por parte da juventude para muitos pesquisadores e para o senso comum está relacionado às mudanças econômicas, políticas e sociais advindas da globalização. Tendo em vista que os jovens de hoje, de acordo com a autora são considerados: consumistas (passivos diante da sociedade do consumo), individualistas (envolvidos em projetos individuais e não solidários), conservadores (e não progressistas), alienados (e não engajados), e apáticos (e não participativos).

Todavia, se contrapondo a esta ideia exposta acima, Abramovay (2002) afirma que está acontecendo algo novo Brasil nos últimos anos, pois nunca os jovens participaram tanto, seja por meio de partidos políticos, do movimento estudantil, de movimentos sociais, ou de organizações não governamentais. Os jovens têm participado de conferências por todo país, tem mostrado possibilidade de mobilização, de falar, de reivindicar, de questionar e contribuir com participação nas políticas voltadas para seu segmento. A juventude neste contexto questiona, reivindica e por outro lado, podem, por meio dessa mobilização, conquistar um capital cultural e um capital social, além do mais importante, que é a oportunidade de conhecer e ser parte dos debates que giram em torno da criação, construção e implementação de programas de governo que existem pela sua causa.

Já para a opinião dominante, ou seja, das classes que hoje detém o poder, existe relatos que a juventude não participa, não quer participar e pouco se interessa por política, porém, em contraposição a esse posicionamento conservador, o Instituto Cidadania realizou uma pesquisa, no Projeto Juventude, que constatou que 85% dos jovens entrevistados consideram que a política é importante e 65% sabem que ela influi diretamente em suas vidas. Nesta mesma pesquisa demonstrou que entre 40 e 60% dos entrevistados têm interesse em participar organizações sociais e que 84% dos jovens acreditam que podem transformar o mundo. (Leon, 2009)

Para o autor é importante destacar que as novas formas de participação juvenil podem estar sinalizando um possível processo de reconfiguração do tecido associativo no país, já apontado em alguns estudos neste século, além de formas de associação em torno das questões culturais estarem cada vez mais presentes, as associações de diversas formas e as

entidades religiosas aparecem com toda força quando analisamos dados sobre o associativismo no Brasil. Aponta também a densa e diversificada rede de Organizações não Governamentais - Ongs existentes no país que têm gerado uma série de ações em que os jovens são os atores principais.

Ademais, Novaes (2008) pontua a importância da era da tecnologia digital à propagação veloz de símbolos e valores para facilitar a participação da juventude nos canais de diálogos participativos, pois, esta permite aos jovens de diferentes condições sociais e de locais distantes compartilhar um mesmo universo de referência, a exemplo os movimentos artísticos reivindicatórios que aconteceram no início deste século o chamado boom de sites sobre hip hop pelo mundo. Além de divulgar trabalhos artísticos, este expediente fez escoar e circular a cultura hip hop, com suas convicções e crenças, suas manifestações de rap, break e grafitti, sua origem urbana e periférica e seu poder de transformação social. Existem sites voltados para grupos específicos que destacam suas ideias ‘combativas’ e com ‘atitude’, em geral, críticas à sociedade excludente, e há outros de projetos sociais que utilizam o hip hop como metodologia de trabalho para intervir na sociedade, indiferente da forma de se expressar todas devem ser vistas como de fundamental importância para afirmação do jovem.

Para ambos os casos, segundo Mayorga (2010) o meio digital é fundamental para a relação entre a experiência local e a construção da identidade juvenil de cada localidade. Ao mesmo tempo em que passam por vivências próprias da idade, os jovens, independentemente do lugar em que vivam e do grupo social a que pertençam, estão por toda parte, participando, inventando, discutindo, criando, divulgando. E é assim que se dá o processo de disseminação de informações que envolvem este segmento, são muitas as experiências em curso no Brasil em que a atuação dos jovens vai de pequenas iniciativas de bairro ou escola às redes internacionais o exemplo disso é a discussão em torno do desenvolvimento sustentável, que perpassou fronteiras e alcançou outros países por meio de trocas de experiências em nível global, na cultura não é diferente, os jovens também querem ter acesso aos bens culturais, querem cultura no espaço escolar e garantia de acesso a manifestações culturais. Mas, a produção cultural no Brasil ainda é privilégio de poucos e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social também para este segmento.

Neste sentido, o governo brasileiro, com intuito de diminuir as desigualdades que afetam os jovens, nos últimos anos tem investido em ações que visam o protagonismo juvenil, sobretudo, no que diz respeito à educação, trabalho e participação. Dentre estas está o programa ProJovem Urbano que no eixo participação cidadã tem como objetivo contribuir

para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e criadora de novos espaços que permita uma nova visão da realidade que o rodeia, motivando e instigando - os a participar da vida da comunidade em que moram e da cidade. (PPI, 2008).

Muitos são os motivos que impulsionam a juventude a participar dos espaços públicos. As motivações podem ser caracterizadas por uma identidade coletiva que pode ser dividida em duas formas: as que se referem a interesses próprios da juventude e as que representam o envolvimento da juventude em questões mais amplas. As motivações de caráter mais individual se caracterizam por uma satisfação pessoal, seja por comprometimento social/humanitário que está em ascensão, ou por modismo, somente para imitar já que todo mundo está fazendo, ou existem ainda os jovens que fazem parte dos programas de inclusão social que são motivados a buscar experiências de participação. (Rodrigues, 2010).

No Brasil, como afirma Sposito (2003) é necessário romper com a orientação que tem marcado ações federais, quais sejam, a total ausência de jovens na formulação de políticas. Assim sendo, considera-se o jovem ator principal nos espaços para debater questões que os afetam e que futuramente podem contribuir para formulação e deliberações de políticas que contenham em seu cunho ações que contemplem todas as juventudes neste imenso Brasil. Ou seja, jovens não apenas recebendo políticas públicas, mas, também protagonista, participantes ativos com capacidade de influência na formulação da agenda pública nacional e local.

Ao contrário do que afirma, muitas vezes o senso comum, é possível acreditar sim que os jovens são capazes de identificar suas próprias necessidades e desenvolver suas competências. Neste sentido, a participação da juventude pode ser uma valiosa contribuição na promoção de seus direitos, da sociedade como um todo e de melhores condições de vida, para tanto, é preciso valorizar suas competências e capacidade de superação e estimular a expressão de suas percepções e a defesa de seus direitos. (Sposito, 2008).

Assim sendo, um elemento fundamental neste processo de construção do protagonismo juvenil, refere-se à centralidade no jovem como um dos atores principais, como sujeito de direitos e deveres. Isto significa, sobretudo, investir no desenvolvimento de atividades educacionais que suscitem os jovens a vontade de participar e assumir seu papel de ator social inserido nos movimentos sociais e em distintos espaços societários. Esse processo de educação para a cidadania segundo Novaes (2008), passa pela exigência de práticas onde se possam exercitar valores desenvolvendo o sentimento de pertença da juventude brasileira.

3. A visão dos professores sobre a sua vivência no Programa ProJovem Urbano na Região Norte II.

A base de qualquer teoria e a chave do conhecimento encontram-se na experiência pessoal e na capacidade de aprendermos a partir de impressões retiradas do universo vivido.

(Paulo Freire)

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos no decorrer da pesquisa a partir da análise das falas dos educadores do ProJovem Urbano nos municípios de Itacoatiara, Parintins, Rio Branco e Boa Vista no que concerne ao uso do material didático nas atividades oferecidas pelo programa.

Reiterando que é objetivo primordial desta pesquisa analisar a visão dos professores do ProJovem Urbano na Região Norte sobre o processo de vivência no Programa, a fim de identificar se o uso do material didático atende a proposta de articulação dos eixos estruturantes de Ensino Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação. Para tanto, a priori, retomará a discussão a respeito do Currículo Integrado do ProJovem Urbano e sua proposta interdisciplinar, e por fim apresentará a visão do Professor do ProJovem Urbano na Região Norte II no que se refere às suas experiências vivenciadas nos eixos estruturantes do programa.

3.1. O Currículo Integrado do ProJovem Urbano

O programa ProJovem Urbano organiza sua Proposta Pedagógica por meio de um Currículo Integrado inovador que prima pela interdisciplinaridade, com conteúdo das diferentes dimensões sendo estas: **Ciências, Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza**, visando a formação integral destinada aos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, com vistas à sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar - lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. (PPI, 2008).

Vale ressaltar, que embora historicamente a palavra currículo tenha tido diferentes significados ao longo da história da pedagogia, numa perspectiva mais tradicional significa a lista dos conteúdos de um curso pré-selecionado. Todavia, atualmente a ideia de currículo parte do princípio de algo que precisa ser construído ao longo do tempo de acordo com as

especificidades do público a quem vai ser direcionado, e é essa concepção que se adota no ProJovem Urbano, considerando-se o currículo como um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos que se dão em determinados contextos — como os órgãos centrais de educação ou as próprias escolas — com a finalidade de propor o que se vai ensinar (PPI, 2008).

Neste sentido, um currículo pode ser integrado ou não, no entanto experiências atuais tem demonstrado que ao integrar o currículo o aprendizado se torna mais eficaz nas atividades em sala de aula, uma vez que integrar significa inter-relacionar dimensões ou ideias de diferentes atores de modo a construir um todo que faça sentido. Neste sentido, o ProJovem Urbano, trabalha com o princípio de que o sujeito aprende realmente quando organiza os conhecimentos de forma própria, relacionando as novidades apresentadas pelos conteúdos do programa com as experiências já vivenciadas em todos os âmbitos de sua vida. Em outras palavras, é preciso que a educação seja contextualizada e considere o aluno como sujeito, protagonista de sua formação como ser humano e cidadão. (Matos, 2008).

Com base nesta assertiva, para que esta integração aconteça às dimensões devem desenvolver-se plenamente em consonância com os conteúdos, as Unidades Formativas e os Temas Integradores no decorrer do desenvolvimento das atividades do programa, visando à promoção da participação juvenil em todos os âmbitos das atividades.

Neste contexto, o currículo do ProJovem Urbano se organiza em seis Unidades Formativas, os quais se relacionam com os conteúdos curriculares (temas integradores) que são questões relativas às juventudes. Os eixos estruturantes são divididos em 6 Unidades Formativas:

U F - I – Juventude e Cultura;

U F - II – Juventude e Cidade;

U F - III – Juventude e Trabalho; Unidade Formativa;

U F - IV – Juventude e Comunicação;

U F - V – Juventude e Tecnologia;

U F - VI – Juventude e Cidadania.

Os Temas Integradores das unidades formativas são:

a) Identidade do jovem;

- b) Os “territórios” da juventude urbana;
- c) Violência e vida do jovem,
- d) Juventude e qualidade de vida;
- e) Juventude e responsabilidade ambiental.

Para garantir a conexão entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã no currículo, o Projeto Pedagógico Integrado - PPI propõe que os temas integradores sejam trabalhados tanto pelos gestores do Programa, com apoios de nível superior e formadores, quanto por professores e alunos. Para que essa proposta se materialize com os professores, o PPI propõe que estes realizem um planejamento integrado das atividades de cada Unidade Formativa com seus temas integradores. Esse planejamento é realizado por todos os professores dos núcleos, em conjunto com as áreas específicas (especialistas) as atividades integradoras, o Plano de Orientação Profissional (POP), o Plano de Ação Comunitária – (PLA). (Brito, 2008).

Neste sentido, como proposta curricular as Unidades Formativas, com seus Temas Integradores, devem estar articuladas aos eixos estruturantes (Ensino - Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã) trabalhadas de forma integradas umas com as outras e vinculadas a uma situação problema vivenciada no cotidiano do jovem, que os desafia de maneira particular a buscar o conhecimento sem se desvincular da sua realidade. A figura a baixo aponta esta articulação:

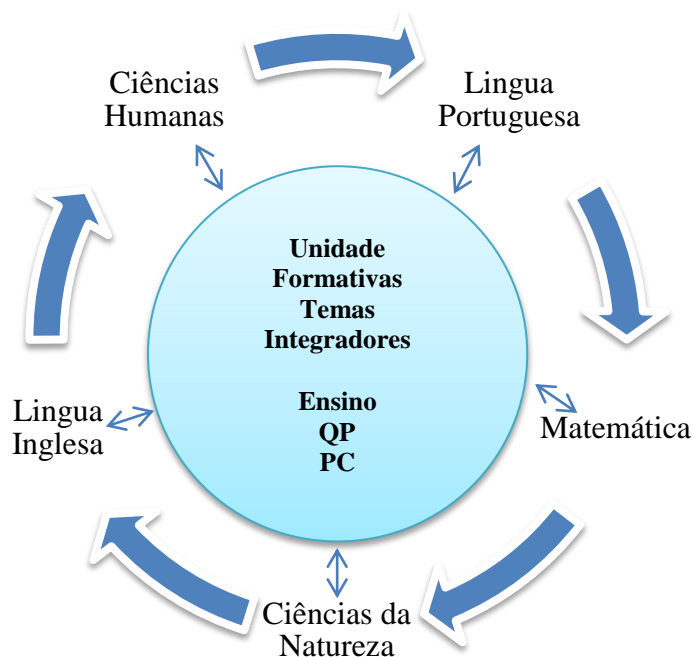


Figura 7: Integração dos conteúdos/Temas Integradores
 Fonte: Elaboração da autora, Fonte (PPI, 2008).

O ProJovem Urbano desde a origem primou pela interdisciplinaridade, como princípio estruturante do seu Projeto Pedagógico Integrado - PPI, não poderia ser diferente na organização dos Conteúdos distribuídos no Temas Integradores das Unidades Formativas já citadas, verificamos no quadro acima que as especificidades de cada área do conhecimento mantêm um campo de integração, uma com as outras de forma que nada fique solto, para que o profissional possa trabalhar de forma sistemática com os alunos.

É válido salientar que a equipe profissional²⁹ do ProJovem Urbano recebe a formação inicial e continuada a partir dos materiais didáticos que irão utilizar para atuar nas atividades no programa, de forma que este profissional possa refletir sobre sua prática, as demandas deste público em especial e pensar alternativas concretas de superação das dificuldades encontradas a partir de suas vivências, tendo em vista o êxito quanto a prática educativa proposta. (Sousa, 2009).

A próxima seção apresenta as análises das falas dos professores do ProJovem Urbano, objetivando desvelar sobre o processo de vivencia do professor participantes dos

²⁹ Professores de educação básica, qualificadores profissionais e assistentes sociais. Os primeiros são responsáveis pelo ensino dos conteúdos, o segundo tratam da orientação profissional e os últimos ocupam-se da mobilização relativa à ação comunitária. (Brito, 2008).

grupos focais nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Boa Vista e Rio Branco, os resultados podem ser apreciados abaixo.

3.2. Análise dos Dados: a visão do professor do ProJovem Urbano.

Explicar não basta para compreender. Explicar é utilizar todos os meios objetivos do conhecimento que são possíveis, porém, insuficientes para compreender o “ser subjetivo”.

(MORIN, 2001, p. 38).

Para uma compreensão a respeito da vivência dos professores no programa ProJovem Urbano a partir do uso dos materiais didáticos nas atividades de Ensino - Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã na presente pesquisa, optou-se por desmembrar a análise em núcleos categóricos, escolheu-se utilizar a análise de conteúdo por categorias, optando-se pelo critério de semântica (no qual as categorias são ordenadas por temas e, por isso, também denominadas categorias temáticas). (Bardin, 2010).

Em relação ao estabelecimento dos núcleos categóricos, optou-se por fazê-lo a posteriori, sem a intenção de adequar as descobertas a quaisquer dos modelos já existentes, justamente por se pretender resgatar do material transcrito o maior número possível de elementos que influenciariam nas respostas aos questionamentos da pesquisa. Ao final da análise chegou-se, então, à seguinte definição de tais núcleos categóricos a começar pelo eixo estruturante Ensino Aprendizagem:

- (a) Integração do material didático nas atividades de sala de aula;
- (b) Desafios encontrados no desenvolvimento das atividades do programa;
- (c) Material didático e nível de dificuldade das atividades para os estudantes

3.3. O Ensino – Aprendizagem

O eixo de Ensino – Aprendizagem do PJU tem por finalidade proporcionar ao aluno Formação Básica que deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, promover o acesso á uma atividade de qualificação profissional, a princípio inicial através de arcos ocupacionais oferecidos pelo programa e fomentar exercício de cidadania por meio de da Participação Cidadã que proporciona ao jovem pensar a sua realidade de forma crítica. (PPI, 2008).

Como abordado acima, o diferencial do Projovem Urbano está no Currículo Integrado por meio da interdisciplinaridade entre os eixos estruturantes do programa e os materiais didáticos, sendo estes: **conteúdos, unidades formativas e seus temas integradores**. Com base nesta assertiva e para responder ao primeiro objetivo desenhado nesta pesquisa que diz respeito a **identificar como são trabalhados os conteúdos, as unidades e os temas integradores na formação básica na sala de aula** pelos professores participantes dos grupos focais, os núcleos categóricos (a), (b) e (c) que seguem vão desvelar como está sendo trabalhado o currículo integrado do ProJovem e seus materiais específicos, pensados para atender este público diferenciado de jovens que há tempos estavam fora da rede de ensino.

Nesse sentido, no núcleo categórico (a) **Integração do material didático nas atividades de sala de aula**, busca-se identificar na visão do professor se existe uma sequência do material didático utilizado pelo programa, haja vista que esta integração/sequência é um dos pontos principais da proposta político pedagógica do PJU e da sua estrutura curricular, as respostas foram agrupadas categoricamente da seguinte forma:

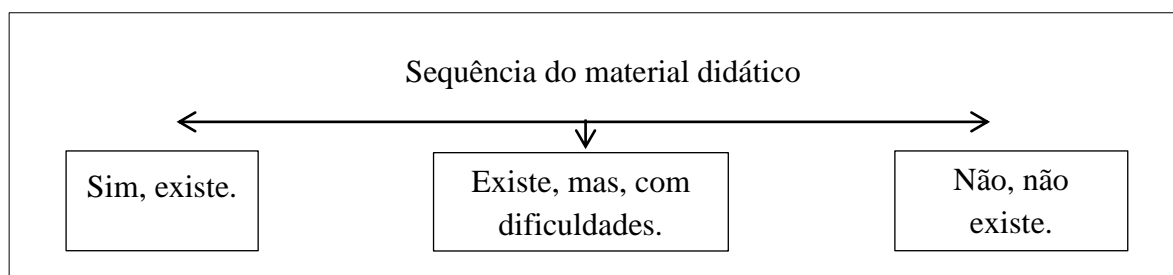


Figura 8: Sequência do material didático
Fonte: Elaboração da autora, com base em Bardin, 2010.

Sim, existe.	P5 - Rio Branco: é um material que eu não vejo que ele não quebra a sequência, eu acho que ele tem uma sequência lógica, boa! A gente percebe que ele dá base né, que ele vai trabalhando sequencialmente .
	P3 – Boa Vista: então note realmente que as disciplinas vão fluindo sequencialmente , quinta, sexta, sétima e oitava, um lado que eu notei que não trata só de história e geografia, a disciplina de ciências humanas ela vai além de ensinar geografia e história, você vai ta aí, inserindo o aluno socialmente.
	P6 – Boa Vista: [...] é um material bom que trabalha a interdisciplinaridade, que eu não vejo que ele não quebra a sequência, eu acho que ele tem uma sequência lógica, boa! A gente percebe que ele dá base né, que ele vai trabalhando sequencialmente até o sexto livre .

	<p>P3 – Parintins: mas assim, de acordo com o tema integrador da para fazer uma ligação de uma disciplina com a outra, . Então foi possível fazer em todas as unidades realmente essa integração de conteúdos.</p> <p>P7 - Parintins [...] a gente chega na sala de aula e o aluno acaba lembrando que aquele assunto algum professor já passou por lá e deixou uma sementinha e você vai destrinchando um pouquinho mais e ouve muito essa integração entre as disciplinas.</p>
	<p>P2 – Itacoatiara: as disciplinas elas estão interligadas nos aprendemos a matemática nos aprendemos a física a biologia e que hoje a nossa educação no Brasil esta fazendo com que nos percebamos o mundo onde no vivemos então dessa forma vai fazer com que o aluno enxergue, veja não só a questão da estrutura da química da física das formas, a questão da gramática e sim mostrar para ele e juntar o real com a prática a prática com a teoria e que não existe essa separação.</p>

Quadro 6: Discurso dos Professores do PJU

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Há aspectos relevantes nas falas dos professores. Além de serem unânimes no que se refere à integração entre as áreas de conhecimento previstas pelo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano a partir do trabalho com os materiais didáticos, preparados exclusivamente para atender as demandas do programa, fazem outras ponderações pertinentes. A fala do P3 para além de perceber a sequência e a interdisciplinaridade contida nos materiais no momento do desenvolvimento das atividades em sala de aula, desvela também que as disciplinas proporcionam ao aluno conhecimentos que saem da sala de aula e contribuem positivamente para suas relações sociais. Em sua fala o P7 revela à importância do material didático para a sequência das aulas e do aprendizado do aluno dentro de cada área específica, explicita ainda, que o trabalho das disciplinas em conjunto dos professores, faz toda diferença, uma vez que quando chega à sala de aula para ministrar os conteúdos específicos o conhecimento é assimilado pelo aluno, por meio da lembrança que traz de outra disciplina, bem como pelas suas vivências, ou seja, o conhecimento de uma disciplina aproxima a outra e facilita o trabalho entre professores e alunos no decorrer do programa.

Este fator supracitado pelo P7 é importante, uma vez que responde a uma das propostas do programa que diz respeito a uma interdisciplinaridade como construção do aluno, a partir de conhecimentos multidisciplinares. “Os jovens têm aula de diferentes conteúdos disciplinares, mas, trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida”. (PPI, 2008). A interdisciplinaridade nas disciplinas é discutida desde a construção do

currículo, visto que na concepção de um currículo integrado não pode ser constituído somente com a problematização do cotidiano.

Em seu discurso o P2 reitera que as disciplinas interagem umas com as outras. E para, além disso, reforça que a proposta do programa tem sido atendida, uma vez que tem proporcionando ao aluno a percepção da importância de unir a teoria (disciplinas) com a prática (vivência) na construção de novos conhecimentos que propiciem uma visão crítica da realidade.

Nesse sentido, de acordo com Fernandes (2008) a educação tem que ser vista como um processo construtivo e permanente que integra os conhecimentos formais passados pelo professor, e os conhecimentos prévios vivenciados pelo aluno, tida como formação de cidadãos, sobretudo, considerando as singularidades inerentes a cada juventude e suas relações em sociedade.

Ficou evidenciado nos discursos o apreço dos professores pela oportunidade de trabalhar com a interdisciplinaridade, sobretudo, a partir da experiência de interação entre as disciplinas que proporcionam ao aluno tanto o aprendizado, quanto uma visão crítica da realidade em que se encontram. Além disso, a experiência de organização dos conteúdos é vista como uma possibilidade de renovação do ensino regular, tal fato é revelado pela fala do P6. “Eu trabalhei muitos textos de língua portuguesa que eu trouxe para Ciências Humanas para que pudéssemos discutir e expandir a metodologia e trabalhar seu tema integrador dentro da sua área específica seria bom que eu pudesse trabalhar assim no ensino regular”. E na fala do P4 “É uma coisa que eu acho brilhante essa interdisciplinaridade das disciplinas que acontece no PJU, a gente tocava no assunto e eles diziam eu já usei, eu sei, então há uma leque com essa troca de experiência, no ensino regular isso não acontece”.

Ademais, o Currículo do Programa foi concebido na perspectiva de interdisciplinaridade e pretende ultrapassar o campo das intenções para promover situações pedagógicas que efetivamente favoreçam a construção do protagonismo juvenil imersos na sua realidade local. Isso implica ao educador criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem vinculados aos objetivos do Programa e planejar ações, nas quais se concretizem as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão pretendido, este tem sido um dos desafios constantes dos professores do PJU vivenciados diariamente. (PPI, 2008).

O próximo ponto analisado diz respeito à existência de integração/sequência dos materiais didáticos do PJU e quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades no decorrer do programa. O resultado será apresentado abaixo.

Existe, mas, com dificuldades.	P4 - Rio Branco: o livro de inglês, ele foi feito como se o aluno já tivesse visto inglês alguma vez na vida [...] todas as disciplinas de uma forma ou de outra contribuí para um movimento integrador e o inglês não tem isso.
	P5 – Boa Vista [...] A gente tem grande dificuldade de ta repassando as conteúdos para os alunos. É na questão da sequencia didática, a gente não tem no conteúdo aquela sequencia didática de base, não tem uma sequencia didática lógica.
	P9 – Boa Vista: [...] os livros devia seguir uma sequência , o livro um dá conjuntos operacionais, adição, subtração, o livro dois devia começar... o três também.
	P6 – Parintins: [...] ouve essa integração em relação a todas as matérias, mas no caso à matemática, quando trabalhamos os números naturais, foi um pouco difícil integrar.
	P8 – Itacoatiara: todos os livros que tenho vistos, eles seguem uma sequência bem lógica, mas senti falta de alguma coisa da região norte os alunos não entendem isso e dificulta o aprendizado.

Quadro 7: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Foi unânime o reconhecimento da integração entre os conteúdos, as unidades e os temas integradores contidos nas disciplinas pelos professores do PJU. Todavia, expressam algumas dificuldades enfrentadas em suas vivencias cotidianas no programa, dentre elas: falta de exercícios nos livros, falta de um livro inglês básico, módulos com conteúdos sequenciais de matemática, falta de adequação do material a realidade local dos alunos, fator este constatado na fala do P8. “As literaturas raramente se referem à Região Norte”. E reforçado nas falas dos próprios jovens, pontuado como negativo pelos professores, tendo em vista que se o material didático foi pensado pelo programa para se adequar a realidade do jovem deveria então tratar da juventude inserida em sua região de origem. Deveria segundo as falas ser considerada a diversidade regional do País, as estruturas físicas e econômicas de cada localidade para que no momento da implementação do programa, fosse possível adequar as especificidades de cada região do país as necessidades do aluno.

Neste sentido afirma Fernandes (2008):

Uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens no seu habitat. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto – realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação entre o conhecimento e o aluno, feita pelo professor. (Fernandes, 2008).

Foi possível observar que os professores enfrentam grandes dificuldades no momento de repassar os conteúdos, atribuído a problemas sequenciais didáticos próprios dos materiais, fator este evidenciado na fala do P7. “Os materiais deviam seguir uma sequência, o livro um dá conjuntos operacionais, adição, subtração, o livro dois devia começar de onde parou, depois o três também, mas, pula de um assunto para o outro que não tem nada ver, sem sequência lógica”.

Além dessa compreensão de dificuldade de integração recorrente nas falas, foi acrescentado na fala do P5 que a disciplina de inglês contém materiais com alto nível de dificuldade para os alunos, que deveria ter assuntos mais básicos, os mesmos podem ser observados como material para ser utilizado com alunos que já possuem conhecimentos prévios da língua, fator este que não cabe aos alunos do PJU, e que tem impedido tal disciplina de integrar com as outras e proporcionar o aprendizado dos alunos em sala de aula. Fator este também reforçado na fala do P6 que expõe não acontecer esta integração quando se trata da disciplina de matemática no que concerne aos números naturais.

O tópico seguinte apresenta a análise das falas dos professores no que se refere a não existência da sequência/integração dos materiais didáticos utilizados pelo PJU.

	<p>P10 – Rio Branco: Os livros quase todos se acabam em gráficos e tabelas, né? É muito difícil. Ele não pega uma sequência, que teve na última aula e a unidade vai ver só na outra, não tem base, não tem integração).</p>
	<p>P9 – Boa Vista: acho que dos conteúdos da matemática, acho que tem alguns pontos que não tem nada a ver, exemplo, se pega, se entra no livro...em números romanos, depois pula para números egípcios, aí que você vai fazer com números egípcios, nada, sem cabimento, eu acho que, se, como a gente pega o aluno lá, que não sabe somar nem dividir. Ele não sabe. Muitas das vezes ele não sabe, então eu acho que devia começar com o básico, e esquecesse algarismo egípcio...</p>

Não, não existe.	P5 - Parintins: por exemplo, tem aula, e não termina o assunto é uma ou duas páginas, já tem outra aula que tem três, quatro páginas já de outro assunto então é muita, muita informação que poderia ser destrinchada mais um pouquinho, entendeu? Não é sequencial e não dispõe de tempo para as atividades.
	P8 – Itacoatiara: Na minha disciplina, sinceramente tudo deveria ser alterado, porque sai de uma coisa bem básica pra um conteúdo nem avançado, num tempo muito rápido.

Quadro 8: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Observa-se nas falas dos professores deste grupo a não existência de integração entre os conteúdos, as unidades e os seus temas integradores previstos pelo Projeto Pedagógico Integrado – PPI no momento dos trabalhos em sala de aula, sendo tal fato evidenciado, sobretudo, pelos professores de Boa Vista e Itacoatiara.

Em sua fala o P10 revela que os trabalhos realizados em sala de aula com os materiais didáticos são dificultados pelo acentuado nível de dificuldade e pela ausência de sequência didática entre os conteúdos, atribuído à falta de continuidade na sequência das aulas e pelo excesso de gráficos contidos nos conteúdos. Fator este reiterado pelo P8 e acrescentado ainda pela crítica aos materiais didáticos, pela maneira como saem de um assunto bem básico para um nível mais avançados, trazendo consequências para o trabalho com os materiais didáticos e conseqüentemente causando implicações para o aprendizado dos alunos.

O discurso do P9 para além de compartilhar com os demais acerca da ausência de integração ressalta, que no trabalho com os materiais didáticos com os alunos na disciplina de matemática a dificuldade é grande relacionada ao próprio material didático do programa, que não consegue abranger as especificidades e as diversas séries em que se encontram os alunos, sobretudo, para aqueles que têm defasagem educacional.

A fala do P5 tanto reitera a falta de sequência no trabalho com os materiais, quanto acrescenta que o tempo para desenvolver o trabalho é pouco comparado com o conteúdo que precisa ser repassado aos alunos, o que impossibilita dar uma sequência lógica e principalmente inviabiliza o aprendizado do aluno.

Nesse sentido, Brito (2008) afirma que existe certo distanciamento entre o planejado pela Coordenação Nacional a as propostas e conteúdos teóricos escritos no PJU, sobretudo, no que se refere aos materiais didáticos. Para, além disso, reitera que em algumas regiões o material didático, não desenvolveu sintonia esperada com os demais elementos que compõem

o currículo, o exemplo disso, encontra-se na diversidade cultural e regional de cada juventude que não foi considerado. Outro ponto destacado foi à exigência pelo programa do jovem ser letrado e ter cursado as quatro séries iniciais do ensino fundamental, quando na realidade o professor se depara com alunos que não possuem habilidades básicas para dar continuidade ao programa de formação básica como comprovado na fala do P4. “A gente se depara com alunos que mal sabem escrever, que não conseguem copiar do quadro, tem dificuldades de leitura, de interpretação ele vai ter dificuldade em todas as disciplinas”.

A próxima seção vai apresentar o núcleo categórico **(b) Desafios encontrados desenvolvimento das atividades no dia a dia**, trazendo os resultados das falas dos professores no que concerne ao desnivelamento, aos materiais e inerentes ao aluno.

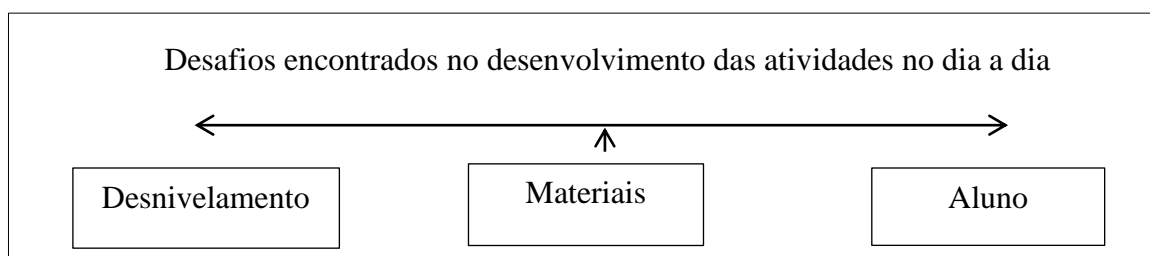


Figura 9: Sequência do material didático
Fonte: Elaboração da autora, com base em Bardin, 2010.

Desnívelamento	P10 – Rio Branco: têm alunos que tem estudado até a sétima série, outros até a segunda série têm aluno que mal sabe escrever, então fica uma disparidade muito grande né.
	P9 – Boa Vista: os que estão nos níveis iniciais como 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a serie, eles tem uma dificuldade muito grande para compreender certas questões, até como resolver certas questões.
	P1 – Parintins: porque nós tivemos alunos de vários níveis de 5 ^a , 6 ^a , 7 ^a e 8 ^a , mas houveram outros mecanismos que tivemos que buscar justamente para suprir essa necessidade do aluno que estava praticamente se alfabetizando isso, deixavam de estudar na 5^a há 10 e uns até 12 anos então isso dificultou um pouco na questão da metodologia.
	P5 – Itacoatiara: até porque e muito difícil você pegar uma turma com o mesmo ritmo, uns tão mais avançados outros menos, e têm muitos alunos que realmente eles não sabem nem sequer ler eles ficam sem saber o que fazer e têm outros que sentem mais facilidade em aprender então isso ai e traz uma serie de complicações muito grandes porque de certa forma vai disseminando uma certa desmotivação geral em todos os outros.

Quadro 9: Discurso dos Professores
Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Majoritariamente foi observado na fala dos professores deste núcleo categórico grande dificuldade de efetivação de uma integração que enriqueça pedagogicamente o trabalho com os materiais didáticos, atribuído ao desnivelamento de série dos alunos participantes do programa. Revelam ainda as dificuldades próprias dos alunos que pararam de estudar a muitos anos e mal sabem ler e escrever, motivo este que os impossibilita de compreender o que está sendo ministrado, bem como de acompanhar as aulas. A fala do P1 revela que para suprir a dificuldade de trabalhar com os conteúdos, foi necessário recorrer a materiais complementares para facilitar no aprendizado de jovens.

No que diz respeito ao desnivelamento de acordo com Gonzales (2009) a situação educacional desses jovens é marcada por trajetórias de interrupções, abandonos, repetências e expulsões em séries diferenciadas. Dentre estes 64% não estudaram no ano anterior a entrada no programa PJU e entre os motivos de desistência predominam a necessidade de trabalhar para contribuir para renda familiar, gravidez dentre outros.

A assertiva deste autor demonstra o perfil dos jovens participantes do programa, e deixa explicitado o desafio enfrentado pelos professores que embora recebam a formação continuada para trabalhar com materiais didáticos com vistas a proporcionar a interdisciplinaridade entre os conteúdos às unidades formativas e os temas integradores precisam para, além disso, criar estratégias para um trabalho diferenciado que abranja alunos de diversas séries e com dificuldades de aprendizado distintos.

No quadro que segue, apresentaremos na visão dos professores os desafios enfrentados nas atividades do programa a partir do uso do material didático.

Materiais	<p>P7 – Rio Branco: acho que dos conteúdos da matemática, acho que tem alguns pontos que não tem nada a ver, exemplo, se pega, se entra no livro em números romanos, aí você números dos egípcios, aí que você vai fazer com números egípcios, nada, sem cabimento, eu acho que, se, como a gente pega o aluno lá, que não sabe somar nem dividir. Ele não sabe. Muitas das vezes ele não sabem ler então eu acho que devia começar com o básico, e esquecesse algarismo egípcio.</p>
	<p>P3 – Boa Vista: o livro não traz as 4 operações. Se não tiver uma pessoa explicando, eles não entendem. Tem que ter uma linguagem muito mais simples. Muitas das vezes eu tento pegar o conteúdo do livro e transformar numa linguagem mais fácil que o aluno possa entender.</p>

	<p>Sujeito 2 – Itacoatiara: com os livros didáticos eles apresentam muitas dificuldades porque eles não sabem o que é matemática e português muito menos eles irão saber, tem sempre dúvidas e costumam a entender principalmente quando eles não têm interesse de aprender.</p>
	<p>Sujeito 8 – Parintins: os materiais eles tem um nível de dificuldade que muitas das vezes prejudica o aprendizado do aluno, ainda mais daqueles que não sabem ler direito.</p>

Quadro 10: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Nas falas dos professores há um aspecto relevante que merece ser destacado: linguagem difícil encontrada nos materiais. Além de serem unânimes no que se refere às dificuldades inerentes aos materiais no desenvolvimento das atividades em sala de aula, expõem que os materiais didáticos do programa tem se constituído um desafio no desenvolvimento das atividades em sala de aula para professor e aluno, tendo em vista que a linguagem é difícil, e não acompanha a realidade do aluno, sendo este motivo considerado por esses profissionais como um fator de dificuldade e distanciamento do aluno em relação aos conteúdos, uma vez que parte deles não consegue ler, escrever e interpretar os textos das unidades e seus temas integradores, que geralmente são assuntos relacionados ao movimento societário atual, com vistas a articular com as disciplinas de português, matemática, ciências da natureza, ciências humanas dentre outras, que são repassadas na sala de aula.

Neste sentido, evidencia-se a não concretização de um dos pontos principais da proposta pedagógica do programa do Currículo Integrado do PJU, que é proporcionar aos alunos momentos de aprendizado por meio de materiais didáticos diferenciados com vistas ao seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, Participação Cidadã e da oportunidade de experiências profissionais que possibilitem a oportunidade de entrada no mercado de trabalho. (PPI, 2008).

No quadro abaixo serão apresentadas as falas e em seguidas os resultados das análises das falas dos professores no que se refere aos desafios enfrentados pelos alunos nas atividades do programa a partir do uso do material didático no desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Aluno	P9 – Rio Branco: quando ele chega lá na primeira aula de matemática lá ele vê algarismo egípcio, aí o cara endoida. Então, se na realidade, se ele conseguir passa aqueles três primeiros meses, quatro primeiros meses, ele fica dentro senão se exclui.
	P1 – Parintins: acho que na visão de quem construiu o material, ainda ta naquela visão de que o cara que casou, é aquele que ta na sétima ou ta quase terminando a oitava, e a realidade do nosso aluno não, a nossa realidade aqui, é o aluno realmente que não sabe lê nem escreve, nem soma nem dividi nem multiplicar.
	P6 – Parintins: quando a gentes começa a passar os conteúdos tem aluno que até tenta acompanhar, mas, devido às dificuldades de leitura, interpretação ai ele acaba se atrasando.
	P5 - Boa Vista: temos que usar várias metodologias, porque enquanto um ou outro atinge o nível e diz está atividade está boa para ele, outra diz “não professora, desse daí eu não consigo entender é nada. Isso, pra complementar esses alunos que mal escrevem, pra aquele que tem maior dificuldade! Tem aluno que tem dificuldade de leitura mesmo e de escrita.
	P3 - Itacoatiara: agora às vezes a maior dificuldade que eles têm realmente e são muitas dificuldades básicas, muitos não sabem fazer as quatro operações, nem ler por isso a gente teve que usar outros meios para trabalhar a base e não só os livros.

Quadro 11: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

As falas deste grupo de professores expressa que durante o desenvolvimento das atividades do programa, os alunos apresentam diversas dificuldades em acompanhar as atividades, sendo que o déficit educacional inerente ao aluno é tido como majoritário entre esses profissionais, fator que exige desdobramentos para suprir as dificuldades dos alunos por meio de estratégias com materiais complementares e novas metodologias como se observa na fala do P5 e do P3.

Foi também desvelado um descompasso entre as metas que deveriam ser alcançadas no desenvolvimento das atividades e os conteúdos dos materiais, que de acordo com as falas tem a linguagem muito difícil, saindo de um assunto bem básico para outro muito complexo, comparado ao nível de fragilidade de aprendizado do aluno participante do programa, a saber: de leitura, escrita, interpretação. Fator este comprovado na fala do P6. “Os nossos alunos são um caso a parte, eles chegam até nós sem saber o básico mesmo, tem muitos que sabem mal ler e escrever, fazer conta, interpretar nem acompanhar as atividades simples, muito menos as complexas que contem nos conteúdos dos livros”.

Este fato é reforçado por Soares (1998) citado por Alves (2008), observa-se atualmente um grande contingente de jovens estudantes que se encontram em procedimentos insipientes de letramento, situando-se na verdade num nível de escolarização aquém do pressuposto do programa, todavia, estes jovens de alguma forma se inserem embora não possuam os pré-requisitos exigidos. A esse respeito foi observado na fala do P3. “Não entendo o porquê de tantos alunos que mal sabem ler e escrever estarem participando do programa, sendo que uma das exigências para participar do programa é saber ler e escrever, isso tem prejudicado o andamento das atividades, uma vez que temos tempo a cumprir e não da para ficar parando a aula”.

Além disso, de acordo com a fala dos professores foi necessário mudar/innovar suas práticas pedagógicas, tornando-as mais flexíveis e criativas para garantir o aprendizado e a superação do déficit de aprendizagem dos alunos, bem como o envolvimento dos mesmos nas atividades, para tanto recorreram a materiais e atividades extras tais como: revistas, livros, slides e oficinas educativas.

Vale ressaltar que foi observado com frequência, na fala de alguns professores, a necessidade de um material mais básico anterior ao conjunto de materiais disponibilizados pelo programa, que este seria para nivelar os alunos que chegam com mais dificuldades e nas séries iniciais do ensino fundamental. Sendo que esta sugestão seria uma forma de reforçar a proposta de inclusão do Programa ProJovem Urbano, uma vez que de acordo com as falas os próprios alunos se excluem ao perceber que não conseguem acompanhar o conteúdo dos materiais didáticos, ao ponto de não retornarem a sala de aula e desistirem do programa, fator este presente na fala, sobretudo dos professores do Rio Branco, como vemos a seguir .

P5 - Rio Branco: Material complementar , pra complementar esses alunos que mal escrevem, pra aquele que tem maior dificuldade! Tem aluno que tem dificuldade de leitura mesmo e de escrita...

P2 - Rio Branco: Sei, um material extra para que eles tenham menor dificuldade, né porque, eu acho que só com esse fica difícil.

P8 – Boa Vista: [...] por exemplo, tem alunos que tem estudado até a sétima série, outros até a segunda, tem aluno que mal sabe escrever, então fica uma disparidade muito grande né.

P10 - Rio Branco: principalmente o básico de matemática e português, até a gente ver qual é o nível dele... nossa. É difícil, eles não conseguem acompanhar.

P3 - Itacoatiara: [...] os alunos que tão no grau da série do quinto ano, eles direto têm

diferenças na sala de aula, eu achava interessante se... **tivesse ... tipo assim, um pré-livro, né, de português e matemática com o básico né, pra poder dividir, descontar, multiplicar, também português né, com caligrafia, ortografia, isso seria interessante, um pré-livro, pra gente iniciar o semestre com base.**

P6 - Rio Branco: [...] a sugestão é **que tenha um material diferenciado, mais básico pra... isso!!!** Até pra poder **recuperar esse aluno que chega sem saber de nada.**

P1 - Parintís: **na verdade eu acho que seria um material extra, um material extra, né pra poder dar suporte àquele aluno que tem maior dificuldade.**

Quadro 12: Discurso dos Professores
 Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Fica evidenciado nas falas de um grupo de professores que o tempo é pouco para a realização das atividades, não sendo possível ao aluno apreender o assunto/tema com o tempo que lhes é disponível sendo necessário mudar de assunto, mesmo sabendo que partes dos alunos não compreenderam e não estão aptos a mudar de tema. Este fator é recorrentemente levantado, sem manifestações contrárias como negativo para a realização das atividades propostas pelo programa, sobretudo, tem impossibilitado a realização das atividades atingindo a totalidade dos conteúdos cobrados nas avaliações. A falta de tempo é apresentada como impedimento de uma formação adequada, como se pode ver na fala do P3(P). “Algumas unidades não deu para completar por causa do tempo, aí ele ficava poxa, se cair um assunto daquela parte que a gente não estudou eu vou errar porque a gente não chegou lá”.

Na próxima seção será apresentado o núcleo categórico (c) **Nível de dificuldade apresentado pelo material didático para professores e alunos**, que vai revelar a partir das falas dos professores o nível de dificuldades observado no desenvolvimento das atividades do programa no que diz respeito ao uso do material didático pelos professores e alunos.

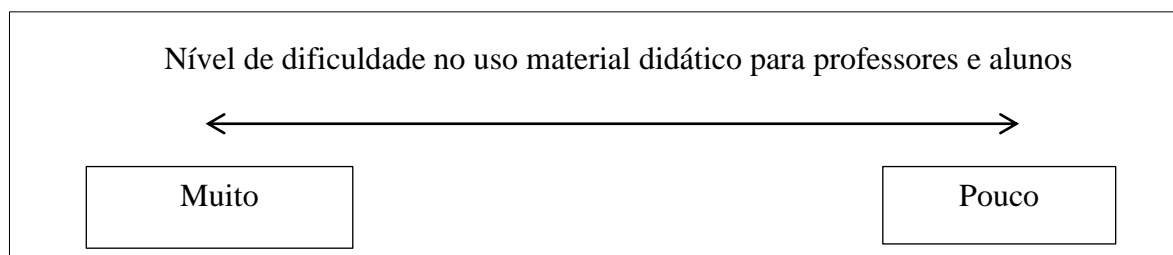


Figura 10: Sequência do material didático
 Fonte: Elaboração da autora, com base em Bardin, 2010.

Muito	<p>P7 – Rio Branco: As unidades com seus temas eles até condizem com a realidade do aluno, mais quando se trata dos conteúdos é que começa a complicar, porque na realidade o nível é alto para alunos que mal sabem ler e escrever.</p>
	<p>P9 – Boa Vista: eu acho que o conteúdo dos livros são difícil para a realidade dos nossos alunos, não leva em consideração a nossa realidade. O conteúdo é padronizado. Falta no nosso estado, por exemplo, um laboratório.</p>
	<p>P3 - Boa Vista: os materiais não abordam a realidade local dos alunos, parece que foi pensado para quem já ta adiantado e nossos alunos são um caso a parte, não tem base de português a matemática.</p>
	<p>P1 – Parintins: a linguagem do material vem um pouco complicada, fica difícil deles entenderem, ai gente acaba tendo que complementar com materiais e outra metodologias, senão eles se desestimulam e desistem de estudar mais uma vez.</p>
	<p>P6 - Itacoatiara: eu acho o nível de material difícil para o aluno participante do ProJovem, como eu sou da área de matemática encontro algumas dificuldades relacionadas ao conteúdo dentro dos guias, imagine eles que mal sabem copiar do quadro.</p>

Quadro 13: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Pouco	<p>Sujeito 2 – Rio Branco: então eu acredito que os material com suas unidades e temas é um material que tem uma boa sequência, e que ao final desses seis livros, você percebe que, o conteúdo, é realmente, um conteúdo de oitava série, os alunos estão realmente preparados para irem para o ensino médio, falando dessas disciplinas que seria tipo história e geografia.</p>
	<p>Sujeito 10 - Boa Vista: eu acho que o material deveria ter mais exercícios e desse mais ênfase nas disciplinas específicas como português e matemática onde reside a dificuldade dos alunos.</p>
	<p>Sujeito 9 – Parintins: os materiais são bons, eu trabalhei muitos textos de língua portuguesa que eu trouxe para Ciências Humanas para que nós pudéssemos discutir, então, uma coisa muito interessante que nós podemos expandir a questão da metodologia até por regular mesmo quando você vê a questão do tema integrador.</p>

	<p>Sujeito 7 - Itacoatiara - porque os exercícios do material são bons, mas pra quem tem o nível de interpretação bem mais apurado, tem coisas que agente tem que interpretar no exercício né! que é assim sem ajuda a gente não consegue.</p> <p>Sujeito 2 - Itacoatiara - os conteúdos ao extremo têm que ser condizentes com a realidade de conhecimento do aluno, tem que trabalhar a temática com as disciplinas como matemática, língua portuguesa porque os textos os conteúdo em si eles são excelentes muito bons, mas o nível de conhecimento deles e que fazem com que eles sintam dificuldades.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 14: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

As falas destes dois grupos de professores expressaram que o material ora é considerado fácil, ora e considerado difícil, muitas das referências sobre as dificuldades apresentadas tanto para professores, quanto para alunos está relacionado diretamente em primeiro lugar, pelo próprio material didático, em segundo lugar, pelas fragilidades de aprendizagem dos alunos, fatores estes que tem tornado inviável no desenvolvimento das atividades, por em prática a exigência do programa de realizar a mediação entre o que contém nos conteúdos, nas unidades formativas, nos temas integradores e a realidades de cada aluno.

Em sua fala o P2 foi enfático em declarar que embora os conteúdos, as unidades com seus temas sejam bons para serem trabalhados, as dificuldades de aprendizado inerentes ao aluno tem dificultado as atividades em sala de aula, fator este reconhecido também na fala do P7, que para, além disso, descreve que precisa por vezes interpretar os textos em sala de aula para que assim os alunos possam entender e interpretar o que está sendo trabalhado nas atividades.

A fala do P9 compartilha com os demais a importância dos materiais, e acrescenta que os conteúdos são trabalhados de forma interdisciplinar, haja vista que as disciplinas se completam e favorecem as discussões em sala de aulas e acrescenta que a metodologia se expande quando trabalhados em conjunto com as Unidades Formativas e seus Temas integradores, entendido como algo inovador por esses profissionais.

Entrementes, foi possível desvelar nas falas o esforço e comprometimento desses profissionais para superar as dificuldades apresentadas nos materiais, disciplinas e inerentes aos alunos, com vistas a propiciar ao aluno momentos de aprendizagem e a inclusão social que tanto é proposta pelo Projeto Pedagógico Integrado do Programa por meio da educação, este fato nos remete as palavras de Paulo Freire que diz:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE 2006)

Ademais, algumas falas sugerem que o material seja revisto ou modificado, para que aconteça uma maior sintonia entre a teoria e a prática no momento das realizações das atividades para atender as especificidades das juventudes participantes do programa, tendo em vista a dificuldade que apresenta para a realização das atividades, sobretudo pela falta de pré-requisitos dos alunos que são analfabetos ou semianalfabetos que não tem base nas disciplinas de português, matemática para acompanhar o nível do material didático.

Por conseguinte, a educação deve ser de fato um processo de humanização, que se constitua, em sua efetividade prática na vida de quem a vivencia. É por isso que Freire (2002) afirma que ao mesmo tempo em que acontece o investimento na transmissão aos educandos, dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Vale ressaltar que Parintins foi o município que menos explicitou dificuldade em trabalhar com os conteúdos e Boa Vista o município que mais relatou dificuldade com o uso dos materiais didáticos no desenvolvimento das atividades do programa.

A próxima seção vai apresentar com base nas falas a visão dos professores a respeito do segundo eixo estruturante (**Qualificação Profissional**) do programa PJU, com vistas a desvelar a relação entre Qualificação Profissional e a Formação Básica.

3.4. A Qualificação Profissional e a Formação Básica

De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano – PPI, a Qualificação Profissional do ProJovem Urbano tem por finalidade proporcionar aos alunos Formação Técnica Geral – FTG e a Formação Técnica Específica - FTE, trabalhando a partir de arcos ocupacionais, e desenvolvimento do Projeto de Orientação Profissional - POP, com

o objetivo de despertar o jovem para as questões atuais do mundo do trabalho e oferecendo conhecimentos básicos de uma ocupação profissional em conjunto com a Formação Básica.

O eixo Qualificação Profissional deve proporcionar ao jovem o acesso á uma atividade de qualificação profissional, a princípio inicial que está dividido em três atividades que se completam:

A Formação Profissional Técnica Geral consiste em apresentar aos jovens conteúdos mais amplos que possibilitam uma compreensão sobre trabalho e formação profissional na atual conjuntura do mundo contemporâneo produtivo.

Os arcos³⁰ ocupacionais no total de 23 buscam atender a exigências do mercado de trabalho atual, bem como proporcionar ao jovem a oportunidade de se profissionalizar para adentrar neste exigente mercado, como empregado ou dono do seu próprio negócio, se tornando micro empresário.

O Projeto de Orientação Profissional – POP representa um trabalho reflexivo, desenvolvido numa perspectiva interdisciplinar, haja vista, que possibilita aos jovens um entendimento da dinâmica do mundo do trabalho suas multiface e flexibilidade de modo que este possa planejar melhor seus objetivos profissionais.

Neste sentido, e para responder ao segundo objetivo traçado neste estudo que se refere a **conhecer a relação entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica** o núcleo categórico (a) **Relação entre Qualificação Profissional e Formação Básica** que segue vai desvelar por meio das falas dos professores participantes dos grupos focais como acontece esta relação no desenvolvimento das atividades do programa.

(a) Relação entre Qualificação Profissional e Formação Básica.

³⁰ Administração, Agro Extrativismo, Alimentação, Arte costura I e II, Construções e reparos I e II, Educação, Esporte e lazer, Gestão pública e terceiro setor, Gráfica, Joalheria, Madeira e Móveis, Metalmeccânica, Pesca e Piscicultura, Saúde e Serviços domésticos I e II, Serviços pessoais, telemática Transporte e turismo e Hospitalidade.

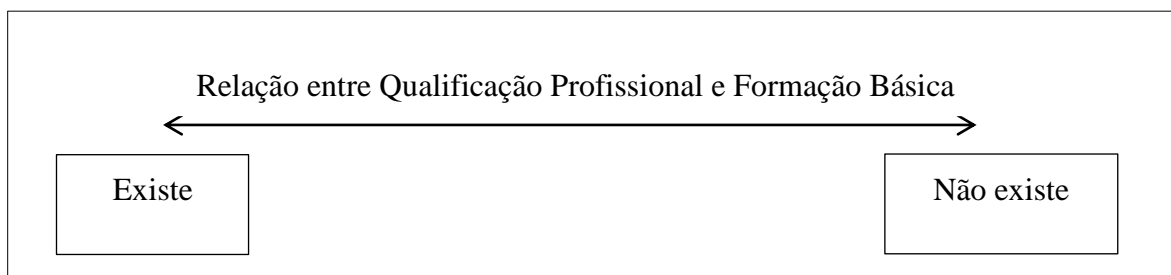


Figura 11: Relação entre Qualificação Profissional e a Formação Básica
 Fonte: Elaboração da autora, com base em Bardin, 2010.

Existe	<p>P1 - Rio Branco: a gente tem estado trabalhando com os arcos. Deu pra perceber que eles desenvolvem a gente pode observar que eles desenvolvem também uma relação com interpretação, cálculos estão inserido em todas as disciplinas nessa formação básica, que auxilia eles essa interação com essa questão da formação básica.</p>
	<p>P7 – Boa Vista: do jeito que ele desenvolvem habilidades no arco ocupacional deles, eles vão desenvolvendo outras habilidades em sala de aula. É um complemento. Você vai vendo que ele desenvolve muito mais quando relaciona a pratica com a teoria das disciplinas .</p> <p>P9 – Boa Vista: a proposta pedagógica não tem nem o que discutir, porque a proposta pedagógica do trabalho, ela já vem o tempo todo fazendo essa ponte, tanto na qualificação profissional quanto Participação Cidadã quanto com todas as outras disciplinas que é a formação básica.</p>
	<p>P6 – Parintins: o trabalho não foi assim tão difícil, até porque, como já foi falado aqui, havia disciplinas que de certa forma ajudaram. Eu lembro que quando foi para ele fazerem o básico os meninos se apoiaram em Ciências da Natureza que era a mesma coisa. Então, muitas coisas que não estavam bem claras em qualificação, mas lá em Ciências da Natureza estavam e aí ficou mais fácil relacionar.</p>
	<p>P8 - Itacoatiara: na realização da aula de QP, tanto na Formação Técnica Geral, quanto nos Arcos Ocupacionais as atividades só acontecem porque o tempo todo os alunos recorrem aos conteúdos da Formação Básica, o problema é que eles pensam que com isso já tem emprego garantido, eu digo a eles: gente o programa não promete emprego.</p>

Quadro 15: Discurso dos Professores
 Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

As narrativas dos professores apresentam aspectos importantes que revelam forte relação entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica durante

as atividades práticas de Formação Técnica Geral da Qualificação Profissional. As falas do P1e do P7 revelam que os trabalhos com os arcos ocupacionais na QP acontecem naturalmente em sala de aula, uma vez que os alunos sempre que necessário relacionam as atividades práticas com os conhecimentos adquiridos nas disciplinas da Formação Básica. Desvelou que para além de aprender relacionando a teoria com a prática os alunos desenvolvem suas potencialidades e habilidade no decorrer das atividades educativas oferecidas pelo programa para os jovens.

Em sua fala o P6 expressa que o trabalho na Qualificação Profissional foi facilitado pelas disciplinas da Formação Básica, uma vez que sempre que tinham dificuldades, os alunos se apoiavam nesses materiais para esclarecer as dúvidas surgidas nas atividades práticas da Qualificação Profissional, propiciando momentos educacionais reflexivos. Para além, de concordar com a fala do P6 o P9 elogia o Projeto Pedagógico do ProJovem que desde o princípio tem proporcionado aos professores esta possibilidade de trabalhar com disciplinas que se completam e facilitam tanto o trabalho em sala de aula, quanto o aprendizado dos alunos.

Sob esta perspectiva educacional o ProJovem Urbano, dada a relevância que estabelece entre a educação e o trabalho, diz que para o alcance de suas finalidades é necessário garantir ao jovem este cenário de interlocução entre os conteúdos das disciplinas, as Unidades Formativas com seus Temas Integradores e a prática da formação Técnica Geral contido na Qualificação Profissional. Nessa abordagem o PPI (2008) do PJU considera a categoria trabalho como princípio educativo, prática social específica, de caráter histórico cultural, por meio do qual o ser humano constrói suas condições de existência.

O discurso do P8 revela que foi possível por em prática a proposta pedagógica do trabalho em articulação com as outras disciplinas por meio da Formação Técnica Geral que permite aliar a teoria dos arcos ocupacionais com a realidade do aluno. Todavia, expressa que o programa não se propõe a empregar o jovem após sua participação, mas sim ampliar suas possibilidades em relação ao mundo do trabalho, desenvolvendo suas competências e habilidades, sejam essas mais específicas em relação a uma atividade formal através dos arcos ocupacionais, ou mais globais como é o caso da Formação Técnica Geral.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico do ProJovem Urbano, no tópico destinado às suas diretrizes gerais encontra-se de forma objetiva a que se destina cada um dos eixos estruturantes do Programa. Para a qualificação profissional tem- que:

A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens. (PPI, 2008).

O tópico seguinte que diz respeito à Relação entre Qualificação Profissional e Formação Básica, apresentará as falas e em seguidas as análises dos discursos dos professores no que se refere a não existência desta relação a partir do uso do material didático.

Não existe	<p>P10 - Rio Branco: Eu vejo assim que o desenvolvimento da qualificação ele foi muito bem elaborado, o problema foi à prática que não aconteceu. Ficam também algumas questões, em nível de realmente desse conhecimento, no caso como os alunos não chegam com o conhecimento básico das quatro operações e interpretação.</p>
	<p>P8 – Boa Vista: a maioria deles gosta da teórica, mas as dificuldades que encontrei são nas aulas prática porque não tinha material para realizar, o primeiro contato que eles tiveram com os arco, foi difícil relacionar com a teoria devido suas limitações educacionais de compreensão. Muitos se desestimularam porque esperavam por meio da qualificação conseguir emprego.</p>
	<p>P4 – Parintins: quando você parte especificamente para cada arco, cada arco tem sua parte teórica, sua especificidade, eu não conseguir agregar as disciplinas de matemática, língua portuguesa, foi meio complicado, ainda mais porque eles não conseguem acompanhar.</p>
	<p>P1 – Itacoatiara: em qualificação pelo caso de eles não conseguirem realizar os cálculos básicos das quatro operações, eles tem muita dificuldade, com qualificação e também com cálculo e dificulta muito a relação dos conteúdos com a prática.</p> <p>P5 – Itacoatiara: no momento da aula prática de Qualificação alguns alunos têm dificuldades, e ficam tristes, porque não conseguem compreender a teoria por conta das dificuldades básicas de português e matemática, ficam preocupados em não conseguir aprender e conseqüentemente não entrar no mercado de trabalho.</p>

Quadro 16: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

As falas deste grupo de professores revelam que o desenvolvimento das atividades teóricas de Qualificação Profissional aconteceu normalmente proporcionando momentos de trocas de conhecimentos em sala de aula, os alunos do Projovem Urbano tiveram boas

experiências acerca das aulas teóricas, estando o ponto negativo em torno das aulas práticas que aconteceram em meio a muitas dificuldades, de um lado atribuídas ao aluno, devido as suas dificuldades de domínio de teorias básicas de português, matemática e compreensão textual, do outro, estruturais inerentes ao programa, fator que impediu com que este eixo estruturante do PJU fosse posto em prática como preconiza o Projeto Pedagógico Integrado do Programa Projovem Urbano (PPI, 2008).

O P10 em seu discurso reconhece a importância da Qualificação Profissional e de seus materiais, todavia, criticam a ausência da aula prática e ressalta a dificuldade de aprendizado dos alunos que não conseguem acompanhar as aulas por falta de domínio de teorias básicas. As falas do P1 e do P5, para além, de compartilhar da fala do P10 que se refere às dificuldades básicas inerentes aos alunos, desvela que existe grande preocupação por parte dos alunos em apreender a parte teórica (Formação Técnica Geral) e a prática deste eixo estruturante, por acreditarem que a qualificação aumentaria as suas oportunidades de entrada no mercado, e conseqüentemente sua condição financeira e social.

As críticas unânimes observadas nas falas de parte deste grupo de professores foram atribuídas à ausência das condições necessárias para realização das aulas práticas de Qualificação Profissional. A fala P8 revela que as aulas práticas aconteceram com inúmeras dificuldades, a exemplo: materiais e estruturais o que deixou certa frustração para os professores que tentaram de todas as formas amenizar esta lacuna, e, sobretudo para os alunos que segundo relatos do P8 e do P5, apostaram na Qualificação Profissional como forma de conseguir um trabalho formal ou montar seu próprio negócio, ou seja, o trabalho é visto como fundamental por esses jovens para sua ascensão social, fato este comprovado P3. “A Qualificação que deveria ter acontecido e não veio, os alunos cobravam e continuam cobrando até hoje. Então eles falam: professora quando é que vai começar a prática a gente depende do certificado para arranjar trabalho e mudar de vida”.

Neste sentido, de acordo Antunes (1995) o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda a sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais qualquer vida social poderia existir. Em seguida, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja a de que, ao modificar o mundo natural, os seres humanos também modificam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais tanto objetivas quanto subjetivas.

Ademais com base nos discursos dos professores nos municípios onde foram realizados os grupos focais, serão apresentados a seguir os pontos positivos e negativos do eixo estruturante de Qualificação Profissional.

Positivos: os conteúdos da Formação Básica e os Materiais Didáticos da Formação Técnica Geral.

Negativos: Falta de aula prática, de infraestrutura, de local adequado para a realização das atividades, de apoio do gestor da escola, da Coordenação local e Nacional.

A próxima seção vai apresentar com base nas falas a visão dos professores a respeito do terceiro eixo estruturante **Participação Cidadã** do programa PJU, com vistas a desvelar a relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica.

3.5. Participação Cidadã e Formação Básica

A Participação Cidadã ProJovem Urbano tem como objetivo contribuir para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão, para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e criadora de novos espaços e que permita uma nova visão da realidade que o rodeia, motivando e instigando - os a participar da vida da comunidade em que moram e da cidade, através da elaboração e execução do Plano de Ação Comunitária (PLA), bem como deverá garantir aprendizagem sobre os direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários. (PPI,2008).

Os componentes da Participação Cidadã se desdobram em:

Reflexões sobre os conceitos básicos para a Participação Cidadã, articulando esse componente com os demais, especialmente com Ciências da Natureza, Língua Portuguesa e Qualificação Profissional;

Plano de Ação Comunitária (PLA), este diz respeito ao planejamento, execução e avaliação das atividades de ação social dos jovens.

Nesta perspectiva de proporcionar ao jovens momentos de conhecimentos e descoberta de deveres e direitos, e para responder ao terceiro objetivo desenhado nesta investigação que está relacionado **a investigar a relação do trabalho pedagógico da Participação Cidadã com a formação básica**, o núcleo categórico (a) **Relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica** que segue vai desvelar por meio das falas dos professores participantes dos grupos focais como acontece esta relação no desenvolvimento das atividades do programa.

(a) Relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica

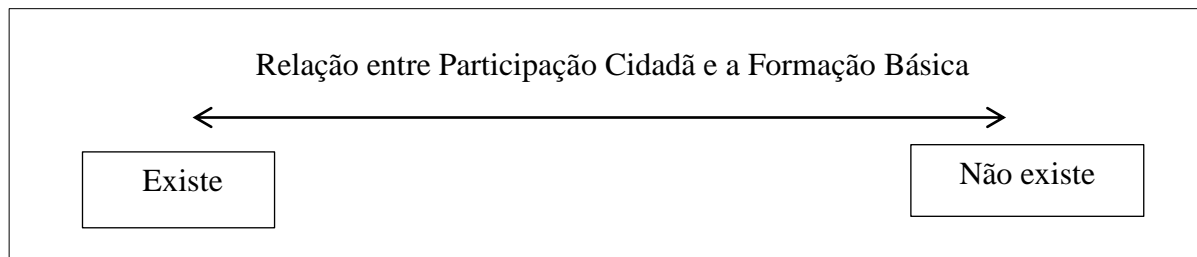


Figura 12: Relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica
 Fonte: Elaboração da autora, com base em Bardin, 2010.

Existe	<p>P8 - Rio Branco: tem uma grande relação com os trabalhos da formação básica com a Participação Cidadã, por exemplo, Ciências humanas têm muita relação com os conteúdos que são tratados dentro das questões desenvolvidas na Participação Cidadã, ela está relacionado muito com matéria de ciências humanas, com matérias de português, dos temas relacionados a vivência dos alunos.</p>
	<p>P6 - Boa Vista: existe sempre um elo da formação básica com a Participação Cidadã, porque nós nos envolvemos muito com os alunos, suas vivencias, o próprio livro vêm textos que eles ensinam trabalharem em comunidade. Daí você já faz uma ligação. A gente trabalha em conjunto.</p>
	<p>P3 - Boa Vista: Na disciplina de Participação Cidadã, o material didático está recheado de conteúdo que trabalha vários temas que relacionam com os conteúdos da Formação. A gente trabalha muito também direitos e deveres, direito social.</p>
	<p>P5 - Parintins: os conteúdos da Participação Cidadã ele está dentro do eixo estruturante, faz parte do eixo estruturante, não trabalha só ciência humanas, ciências da natureza e até mesmo matemática, a gente percebe que tem essa relação da Participação Cidadã com a Formação Básica, acho que ela satisfaz perfeitamente essa relação.</p>
	<p>P10 - Itacoatiara: porque quando elas falam de atividades desenvolvidas tanto Participação Cidade quanto Qualificação Profissional, quanto à formação Básica, há essa relação no trabalho pedagógico o tempo todo, claro que tem unidades formativas, né, que vamos dizer que algumas disciplinas podem não estar contemplando, mais é o tempo todo fazendo essa relação com o todo.</p>

Quadro 17: Discurso dos Professores
 Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

Há aspectos relevantes nas falas dos professores que merecem ser pontuados neste núcleo categórico. Para além de serem unânimes no que diz respeito à relação do trabalho pedagógico da Participação Cidadã com a formação básica nas atividades desenvolvidas,

tanto em sala de aula, quanto na prática quando realizam atividades na comunidade, as falas do P8, P6 e P3 evidenciam a integração entre as áreas de conhecimento previstas pelo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano a partir do trabalho com os materiais didáticos, uma vez que as Unidades Formativas com seus Temas Integradores possuem a função de reforçar e interligar os conteúdos específicos das áreas de conhecimento da Formação Básica em cada Unidade Formativa. Isto, na prática foi desvelado nas falas dos professores que procuram sempre relacionar estes materiais com situações vivenciadas pelos jovens com vistas a despertar uma visão crítica a cerca da realidade em que vivem.

Neste contexto, a integração entre as atividades de Participação Cidadã e a Formação Básica proposta pelo projeto político pedagógico do ProJovem Urbano, se funda numa educação voltada para a vida, que parta da ação concreta e significativa dos sujeitos no mundo, vinculada as atividades dentro e fora da sala de aula, no desenvolvimento de novas sociabilidades, baseadas em princípios solidários, coletivos e de cooperação, por meio da organização autônoma e crítica dos jovens, numa formação que possibilite um compreensão crítica e histórica da realidade, situando os jovens como sujeitos de transformação social. Alves (2008).

Nesta perspectiva de proporcionar ao jovem desenvolvimento pessoal e social a Participação Cidadã incentiva o jovem a desenvolver situações – problemas sobre o entorno social em que vivem, com vistas a uma possível intervenção na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade, isto é visa o levantamento de dados e questões que favoreçam na elaboração do Plano de Ação Comunitária e na sua execução, momento em que o projeto sai do papel para ser implantado na comunidade. (PPI,2008).

O tópico seguinte que diz respeito à Relação entre Participação Cidadã e a Formação Básica, apresentará as falas e em seguidas as análises dos discursos dos professores no que se refere a não existência desta relação a partir do uso do material didático.

Não existe	<p>P5 - Rio Branco: há uma certa dificuldade de fazer o projeto, a elaboração do plano começa a partir da unidade III, então eles vão elaborando o plano conforme as atividades desenvolvidas, então de início eles não tem uma visão geral dos que eles produziram, daquele projeto, daquele plano, uma das coisas que eu fiz, que eu escrevi é preenchido tudo aquilo que eles escreveram, nas unidades formativas, que eles não tem essa visão.</p>
	<p>P1 – Boa Vista: olha com a participação cidadã, também é a mesma história, interpretação é a maior dificuldade, assim, para eles compreenderem, entenderem para realizar o plano na prática fica difícil.</p>
	<p>P3 - Itacoatiara: houve várias dificuldades para efetivar as atividades da Participação Cidadã, por isso, um percentual baixo de participação dos alunos. A começar pela falta de compreensão deles de unir a teoria com a prática, porque não possuem conhecimentos básicos de português e matemática, de condições financeiras para participar das aulas aos sábados.</p>
	<p>Parintins: neste município nas narrativas dos professores não foi observado à relação entre o ensino e a Qualificação Profissional, as falas ficaram mais no âmbito das dificuldades de realização das atividades.</p>

Quadro 18: Discurso dos Professores

Fonte: Elaboração da autora, agosto de 2012.

As falas deste núcleo categórico revelam que foram encontradas algumas dificuldades para que se concretizasse a relação entre participação Cidadã e Formação Básica, atribuída, sobretudo, fragilidades educacionais inerentes ao aluno. Este fator foi evidenciado na fala do P1e do P5que relatam que enfrentaram muitos entraves para a efetivação das atividades da Participação Cidadã, de um lado pela falta de conhecimentos básicos dos conteúdos de português por parte dos alunos, do outro pela falta de compreensão dos conteúdos relacionados à própria Participação Cidadã que impossibilitou por em prática o Plano de Ação Comunitária em dois dos quatro municípios onde foram realizados os grupos focais.

Neste contexto, para além das dificuldades básicas inerentes aos alunos o P3 acrescenta em sua fala a dificuldade econômica para a execução do Plano de ação Comunitário- PLA que acontecia aos sábados e vários alunos argumentavam que não possuíam recursos para se deslocar até o local da realização da atividade. Este fator resultou em alto índice de evasão na realização das atividades práticas, bem como o cancelamento das aulas em alguns núcleos por falta de aluno, fato revelado na fala do P7. “Cheguei na comunidade para executarmos o Plano e esperei, esperei e não apareceu ninguém, na sala de

aula ao perguntar o que tinha acontecido a resposta foi unânime, nós não temos dinheiro para a locomoção até a comunidade professora, ai fica difícil”.

Neste sentido, de acordo com Novaes (2008), a condição juvenil é vivida de forma desigual e diferenças sociais, sem condições de acesso a uma educação de qualidade; diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país que leva o jovem a limitação do exercício da sua cidadania.

Outro fato desvelado nas falas foi à falta de um profissional de Serviço Social para ministrar o eixo estruturante de Participação Cidadã como preconiza o PPI (2008), que deve para além das aulas práticas, juntamente com os alunos planejar, executar e avaliar o PLA até o momento que deve ser apresentado para a comunidade, este fato revela uma contradição no que propõe o PPI a respeito do componente curricular e o que é oferecido pelo programa na prática, pois, as falas revelaram a existência de Assistente Social somente no município de Parintins, sendo que justamente neste município de acordo com as falas devido às problemas inerentes ao programa não foram realizadas as atividades práticas da participação Cidadã.

Neste contexto, no Brasil as políticas públicas permitem distinguir entre o que os governos pretendem em seus programas fazer na teoria e o que, de fato, faz na prática. Ou seja, na teoria as políticas públicas propõem diversas coisas e na prática vários fatores contribuem para que isto não ocorra quase sempre tal fato é atribuído à fase de execução e operacionalização daqueles que a efetivam. (Souza, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base de qualquer teoria e a chave do conhecimento encontra-se na experiência pessoal e na capacidade de aprendermos a partir das impressões retiradas do universo vivido.

Paulo Freire

A juventude passa a fazer parte da agenda das políticas públicas no Brasil há pouco mais de vinte anos. Neste período algumas ações foram implementadas, mas ainda não eram suficientes para abarcar todas as demandas da juventude brasileira, sobretudo, porque não se constituíam políticas públicas, eram ações focalizadas e centralizadas apenas em algumas regiões brasileiras.

De acordo com Draibe (2000), somente a partir de 1993, ocorreram inovações na estrutura institucional das políticas públicas brasileiras que podem ser consideradas positivas, tais como a descentralização de políticas para os níveis municipais, as parcerias entre governos e movimentos sociais e ampliação dos canais de participação social em conselhos e fóruns. Também é considerado um fato positivo a provisão de direitos sociais básicos aos setores marginalizados da população, dentre estes, o segmento juvenil.

Os jovens brasileiros estiveram muito tempo cerceados de uma política que versasse exclusivamente sobre seus direitos. Este quadro muda em 2005, com o lançamento pelo governo federal da Política Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem que, em 2007, foi reformulado e passa a se chamar Programa Integrado de Juventude ao qual é composto por quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. A partir deste período avanços significativos foram conquistados no que diz respeito à inclusão de jovem em programas e projetos, que de alguma forma tem contribuído para mudar a trajetória de muitos jovens no Brasil.

Esta pesquisa realizou um estudo sistemático e analítico do ProJovem Urbano para saber com base nas falas dos professores participantes dos grupos focais nos municípios de Itacoatiara, Parintins, Rio Branco e Boa Vista se o uso do material didático atende a proposta de articulação dos eixos estruturantes de previstos. Os resultados serão apresentados a seguir:

No que diz respeito ao eixo estruturante de **Ensino- Aprendizagem** as falas dos professores revelaram que os conteúdos, as unidades com seus temas integradores são

trabalhados buscando a interdisciplinaridade proposta pelo Programa ProJovem Urbano. As atividades são realizadas em todo momento com intuito de propiciar aos alunos uma educação voltada para vida, baseadas em princípios solidários, coletivos entre os profissionais das diversas disciplinas, sempre articulando com os movimentos societários, buscando uma formação que possibilite uma compreensão crítica da realidade, situando os jovens como sujeitos da transformação social.

Foi revelado também o reconhecimento da importância dos materiais didáticos no desenvolvimento das atividades em sala de aula, este por sua vez, foi avaliado pelos professores como de difícil linguagem para os alunos, uma vez que o déficit educacional inerente aos mesmos tem sido um desafio a ser superado, tendo em vista que muitos chegam ao programa sem base de matemática e de português, o que impossibilita o desenvolvimento dos trabalhos, sobretudo, para parte dos alunos que mal sabem ler e escrever, fator que exige o desenvolvimento de estratégias de ensino por meio de materiais complementares e novas metodologia para suprir estes desafios no desenvolvimento dos trabalhos nas atividades dos programas.

A falas revelaram o esforço e comprometimento dos professores do ProJovem Urbano para superar as dificuldades apresentadas para os alunos nos conteúdos, das Unidades Formativas com seus Temas Integradores na ministração disciplinas, com vistas a propiciar aos mesmos momentos de aprendizagem e a inclusão social que tanto é proposta pelo Projeto Pedagógico Integrado do Programa por meio da educação interdisciplinar.

No que tange a **Qualificação Profissional** as falas da maioria dos professores desvelaram forte relação, entre o trabalho pedagógico da Qualificação Profissional e a Formação Básica durante o desenvolvimento das atividades de Formação Técnica Geral.

A relação é vislumbrada na realização das aulas práticas de Qualificação Profissional, nas atividades com os arcos ocupacionais, através da relação que os alunos fazem da teoria dos conhecimentos adquiridos nos conteúdos das disciplinas de Formação Básica com a prática da Formação Técnica Geral no desenvolvimento do Projeto de Orientação Profissional.

Com base nas falas a Qualificação Profissional do PJU deve passar por uma reformulação para que aconteça um melhor desempenho do programa, com vista à garantia da realização das aulas práticas em locais apropriados e com materiais, para que os alunos tenham acesso a uma experiência para a qualificação e possa desenvolver o Plano de

Orientação Profissional como preconiza o PPI (2008), uma vez que somente o ensino não garante a entrada no mercado de trabalho.

Para, além disso, as falas expressam elogios ao Projeto pedagógico, atribuído à oportunidade de trabalhar com disciplinas que se completam e facilitam, tanto o trabalho em sala de aula em nível teórico e prático, quanto no aprendizado dos alunos.

No que diz respeito à **Participação Cidadã** as falas dos professores foram unânimes ao revelar que em todos os momentos de desenvolvimento das atividades teóricas e práticas deste eixo estruturante foi vislumbrada a relação entre o trabalho pedagógico da Participação Cidadã e a Formação Básica. Todavia, foi possível desvelar nas falas de uma minoria entraves na realização das atividades práticas, sobretudo, no que se refere à construção do Plano de Ação Comunitária atribuídas ao aluno, por conta das dificuldades compreensão dos textos e do domínio de conteúdos básicos de matemática.

Ademais, as falas revelaram a concretização da proposta pedagógica interdisciplinar do PPI (2008) a partir dos trabalhos com os materiais didáticos do programa, uma vez que os conteúdos da Participação Cidadã se integram aos conteúdos, as Unidades Formativas com seus Temas Integradores da Formação Básica. Esta relação tem propiciado ao aluno do PJI uma educação para a sua vida concreta, com vistas a proporcionar ao jovem desenvolvimento pessoal e social.

Entrementes, dentre os pontos levantados pelas falas dos professores do projuvem Urbano nos municípios de Itacoatiara, Pariontins, Raio Branco e Acre, constam as dificuldades para a prática, com destaque para a responsabilidade de cada educador independente da área de atuação; aspectos de natureza pedagógica e de implementação que se constituem pontos de reflexão deste estudo dentre estes: **Ensino - Aprendizagem** - infraestrutura, dificuldades inerentes aos alunos, aos materiais, e, por fim, falta de apoio da coordenação local e nacional, que é vista como um entrave para efetivação do programa nos municípios onde foram realizados os grupos focais, no que se refere a soluções de problemas do cotidiano dos núcleos. **Qualificação Profissional** – falta de materiais para realização das aulas práticas, de locais apropriados, de apoio do gestor da escola. **Participação Cidadã:** Falta de uma Assistente Social para ministrar as aulas em três dos 4 municípios onde foram realizados os grupos focais.

De acordo com Brito (2008) essa configuração de interdisciplinaridade assumida pelas políticas de juventude nos últimos anos do século XX devem trazer em sua composição as

questões de educação, de emprego, de segurança e ainda acrescenta o envolvimento político, cultural, cidadão e empreendedor.

Nesse sentido, com todas essas questões e desafios postos para as políticas e programas para o segmento juvenil, aqui delimitado ao caso brasileiro, foi vislumbrado que o Currículo Integrado do ProJovem Urbano foi constituído nesta perspectiva de contemplar essas necessidades básicas que tem afetado os jovens no Brasil.

Por fim, concluímos que este estudo ainda se ressentia de muito entendimento e de explicações. As questões que foram levantadas não se esgotam, continuarão abertas para se constituírem em novas pesquisas. Este trabalho em questão propõe que seja realizada uma revisão contínua no Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano, com vistas a reorientação de algumas ações pontuada nas falas dos professores como entrave na efetivação do programa nos municípios onde foram realizados os grupos focais, sempre com intuito de garantir o público alvo em questão que se trata da juventude do Brasil o acesso a bens e serviços propostos na Política.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das Políticas de Juventude In Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). – **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

_____. Possibilidades e limites da participação juvenil para o Impacto na Agenda Pública: O caso do conselho municipal de juventude em Medellín. Palestra realizada no fórum: “Estratégias para a participação cidadã e comunitária na Colômbia”, em Bogotá, dezembro de 2001 (mimeo).

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et alii. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil**. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 5-6, Mai/Jul/Ago 1997.

ALVES, Ivone Batista. **Juventude e Políticas Públicas e emancipatórias: algumas comparações**. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3 ed. São Paulo. Cortez, 1995.

ANDRADE, Coelho de Andrade. **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. IPEA. V.37. Nov. 2010.

BANDEIRA, João Sá. **Juventude, universidade e trabalho comunitário: participação e diálogos entre teoria e práticas sociais**. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e 100

Ana Inês Souza. (orgs) Políticas Públicas no território das Juventudes. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Edição, 70. Lisboa, 2010.

BANGO, Júlio. Políticas de juventude na América Latina: Identificação de desafios. Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). In: **Políticas públicas: juventude em pauta.** – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Edição, 70. Lisboa, 2010.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O currículo no ProJovem: interdisciplinar ou integrar?

_____. **Relatório de Gestão 2008 – 2010.** (org). Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro – Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude, ProJovem Urbano 2010.

_____. **RELATÓRIO: Trabalho Decente e Juventude no Brasil.** 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 18 maio de 2012.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado (PPI) - Projovem Urbano.** Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude Brasília 2008.

BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patrícia; CARRARO, Paulo Cesar Rodrigues. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: os processos sociais e propostas políticas. In: **Jovenes, Revista de Estudios sobre Juventud.** Edição: ano 9, Nº 22, México, jan-jun 2005.

CARMO Paulo Sérgio do. Juventude no singular e no plural. In. **As caras da Juventude Cadernos Adenauer.** Nº 06 São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2001.

BRITO, Ruth Ana, O currículo do ProJovem; interdisciplinar ou integrar. In: Kelma Socorro Lopes Alves, Paulo Roberto de Souza Silva (Orgs) – **Juventude e formação de professores em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, Antonio David. DIÀZ, Laura Mota (orgs). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Tra. Ernani Ssó. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CHAVES, Eliseu de Oliveira Júnior. **Políticas de Juventude: evolução histórica e definição** In SHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa; BRANCO, Viviane castelo (Orgs). Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento, vol. I. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE; **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CORBUCCI, Paulo. Situação educacional dos jovens brasileiros. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ed.60. Rio de Janeiro IBASE. Fev/Mar/2010. Disponível e <http://desafios.ipea.gov.br/>. Acesso em: 04/07/2010.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*. N.28, N. 100. Campinas. Out. 2007.

_____. **Juventudes**. In *Presença Pedagógica*. V.8. N. 93, maio/junho. 2010. Ed. Dimensão: Belo Horizonte.

DUARTE, MRT; Almeida, JA; Costa, KS; Silva, VR. - FAE/UFMG “**Perfis**” de jovens e **concepções de juventudes**. Palavra de jovens sobre o ProJovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais/ Marisa Teixeira Duarte(Organizadora) - Belo Horizonte: Escritório de Histórias , 2009.

FELIZARDO, Luiz Carlos Junior. Políticas Públicas de juventude: pão e circo. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no**

território das Juventudes. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves. A formação de professores no ProJovem em Fortaleza. In. Kelma Socorro Lopes Alves, Paulo Roberto de Souza Silva (Orgs) – **Juventude e formação de professores em Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude.** São Paulo: Cortez, 2006. Observatório três: Cenas da juventude.

FREZZA, M. MARASCHIN, C. SANTOS, N. S. **Juventude como problemas de políticas públicas.** Revista Psicologia e Sociedade, Porto Alegre R.S, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado é a saída?. In Jorge Abraão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho (orgs). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília : IPEA, 2009.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In. Paulo Cesar Pontes Fraga; Jorge Atílio Silva Iulianelli (Orgs). **Jovens em tempo real.** DP&A, 2003.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Políticas públicas de juventude: políticas ou políticas governamentais.** Revista Estudos de Sociologia, Araraquara - SP, 18/19, 193-203, 2005.

LEON, Alessandro Ponce de Et al. **Políticas Públicas de Juventude.** Curso de capacitação e atualização política. Escola de formação política Miguel Arraes – Fundação João Mangabeira: Brasília, 2009.

MATOS, Kelma Socorro Lopes; JUNIOR, Nonato Raimundo. O ProJovem em Fortaleza: percepções de jovens e docentes. In: Kelma Socorro Lopes Alves, Paulo Roberto de Souza Silva (Orgs) – **Juventude e formação de professores em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAYORGA, Claudia. Protagonismo Juvenil: a politização do jovem ou a redução da ação política?. In: Jorge Luiz Barbosa, Silva Jailson de Sousa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. (Coleção Temas Sociais).

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). – **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de / para / juventude**. Brasília: UNESCO. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONA DO TRABALHO (OIT). **Relatório Laboral**. Bruxelas, OIT, 2005.

OLIVEIRA, Fernando Silva de. Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis na região metropolitana do Recife. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

RODRIGUES, Mauro Costa. Participação juvenil na sociedade contemporânea: Juventude cristã, os sentidos e valores atribuídos a sua situação social. In. Lourival Rodrigues da Silva; Hilário Dick (orgs). **Visibilidades Juvenis**. 1ª Ed. Goiânia: Casa da Juventude. Pe. Burnier, 2010. (coleção Juventude e Perspectivas).

SILVA, Enid Rocha Andrade, ANDRADE, Carla de Coelho. A Política Nacional da Juventude: avanços e dificuldades. In. Jorge Abraão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho (orgs). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília : IPEA, 2009.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil. In: Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

SPOSITO, Marilia Pontes y CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In. Oscar Dávila León (editor): **políticas públicas de juventude en América Latina: políticas nacionales**. Vinã del Mar: Ediciones CIDPA – 2003.

SPOSITO, Marilia Pontes. Espaços públicos e tempos juvenis. In. Marilia Sposito Pontes (coord). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Tensões acerca do protagonismo juvenil. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

SOARES, R.M. S; SOUSA, J. E; BRAGA, J.L. Entre o significados e aprendizados: o ProJovem na perspectiva dos educadores de Fortaleza. In. Kelma Socorro Lopes Alves, Paulo Roberto de Souza Silva (Orgs) – **Juventude e formação de professores em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SOUSA, José Edmar. Formar continuamente e refletir sobre práticas e demandas: estação juventude Bela Vista. In. Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (org) – **ProJovem: experiências com formação de professores em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.


SOUZA, Ana Inês. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.


VIEIRA, Anderson Gomes. Expressões de juventude pelo olhar de jovens de origem popular. In: Jorge Luiz Barbosa, Silva Jailson de Sousa e Ana Inês Souza. (orgs) **Políticas Públicas no território das Juventudes**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2010.

Descrição	Ago 2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2012	Fev	Ma	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos
Construção e revisão das bases teóricas e metodológicas													
Contato inicial com a instituição													
Elaboração dos instrumentais técnicos de coleta de dados													
Elaboração e apresentação do relatório parcial													
Pesquisa de campo (levantamento documental e realização de entrevistas).													

Organização e classificação dos dados														
Interpretação e análise dos dados														
Elaboração do Relatório Final														
Apresentação Final para o Congresso														

CRONOGRAMA

 Realizados

 Previstos